

Educação no MST Balanço 20 anos



**MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST
REFORMA AGRÁRIA: POR UM BRASIL SEM LATINFÚDIO!**



BOLETIM DA



EDUCAÇÃO

Número 09 – Dezembro de 2004

Educação no MST Balanço 20 anos

**MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST
REFORMA AGRÁRIA: POR UM BRASIL SEM LATIFÚNDIO!**

EXPEDIENTE

Produção

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST Setor de Educação

Organização e edição

Suzana Lopes Salgado Ribeiro

Colaboração

Edgar Jorge Kolling

Iokisa Takau Junior

Isabela Camini

Lígia Benigno Pereira

Marcos Gehrke

Maria Cristina Vargas

Maria de Jesus dos Santos Gomes

Paulo Ricardo Cerioli, osfs

Roseli Salete Caldart

Sandra Dalmagro

Sebastião Vargas

Zenaide Busanello

Capa

Foto Paineis Eneida - Acervo MST

Projeto Gráfico

Rodrigo Garcez

Suzana Lopes Salgado Ribeiro

Impressão, editoração e acabamento

Gráfica e Editora Peres

1ª edição: Dezembro de 2004.

Pedidos

Secretaria Nacional

Alameda Barão de Limeira, 1232 – Campos Elíseos

01202-002 – São Paulo / SP

Fone/fax: 11 3361-3866

Endereço eletrônico: pedidos@mst.org.br

Sumário

Apresentação	5
---------------------------	----------



MST, 20 anos.

O significado da celebração.....	9
Balanço do Setor de Educação	12



Setor de Educação

No começo, tudo difícil e improvisado. Mas valeu a pena.	25
Nossa concepção de educação e de escola	26
Principais linhas de ação do Setor de Educação	28
Nossas principais bandeiras de luta em relação a políticas públicas	29
Publicações do Setor de Educação MST	30
Prêmios recebidos pelo MST na área de Educação	32



Educação

Educação Fundamental	35
Educação Média	40
A escola em movimento	41
Sempre é tempo de aprender	44
Aprender brincando. Na ciranda isso é possível.	47
Formação de educadores nos cursos formais	50
Instituto de Educação Josué de Castro	52
Manifesto das Educadoras e dos Educadores da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro	56
Educação do Campo respeita que vive da terra	58
Desdobramentos da Pedagogia da Terra	59



Entrevistas

Gaudêncio Frigotto	
Debate sobre Educação do Campo impulsiona mudanças	65
João Pedro Stédile	
A história do MST é um aprendizado coletivo	68

Apresentação

O ano de 2004 foi o ano de comemoração dos 20 anos de luta e aprendizado do MST. Nesses vinte anos o setor de educação acompanhou o Movimento, crescendo, aprendendo e lutando com ele. Conseguimos juntos, e esse é o jeito que acreditamos ser melhor, conquistar escolas para nossos filhos e pensá-la de forma a atender suas necessidades com um conjunto de idéias sobre como seria a melhor maneira de instruir nossos educandos: a Pedagogia da Terra e do Movimento. Fomos além, levamos para fora do MST a discussão de que o campo é um lugar específico e que por isso seus habitantes merecem um olhar diferenciado, o que resultou na conquista de leis que asseguram esses direitos, como as Diretrizes da Educação do Campo. É certo que ainda há muito por fazer, é o que aponta nosso balanço, mas muito tem sido feito, e essa é a hora de comemarmos a força e a determinação de todos que participaram dessa caminhada.

A elaboração e o conteúdo desse Boletim da Educação é também resultado desse esforço coletivo de companheiras e companheiros, educadoras e educadores que acreditaram em cada dia desses 20 anos em uma educação melhor para os filhos de assentados e acampados. Foi uma longa jornada e cada um contribuiu com um elemento. Muitos a frente de suas turmas, aprendendo e ensinando junto a seus educandos e construindo um cotidiano de aprendizado e amadurecimento. Outros elaborando materiais para facilitar a prática de educadoras e educa-

dores. Outros ainda lutando para garantir condições melhores para que esse processo de aprendizado se desenvolvesse. Ora essas condições buscadas eram uma lona ou um lampião para a escola do acampamento, ora a conquista das escolas itinerantes. Ora era a luta por uma escola no assentamento, ora pensar junto com a comunidade seu projeto político e pedagógico. Enfim, muitas foram e ainda são as formas de buscar uma educação melhor e todas elas garantiram as conquistas que estão relacionadas nesse boletim, seja na Frente de Educação Infantil, na Frente de Educação Fundamental e Média ou na experiência acumulada na Educação de Jovens e Adultos.

Nesse Boletim está um pouco da história dessa caminhada do Setor de Educação do MST e as concepções de educação que fomos formando no decorrer de nossa vida. Esse é um caderno comemorativo, mas também apresenta alguns entraves que temos que superar. Lutamos, ensinamos e aprendemos. A principal lição é que tão importante quanto conquistar e distribuir terra é democratizar o direito à educação. Por isso é tão bom ver que hoje o MST como um todo reconhece a importância de empunhar essa bandeira.

Aos que querem saborear o gosto de suas conquistas e aceitam mais uma caminhada: boa leitura!

Coletivo Nacional do
Setor de Educação

São Paulo, dezembro de 2004.



MST, 20 anos.





O significado da celebração

Os aniversários de pessoas, entidades, e eventos são comemorados muitas vezes como uma simples contagem cronológica, em que, em geral, se ressalta apenas o número de anos vividos. Agora, o MST está completando 20 anos, desde sua fundação como um movimento nacional. A data inicial de referência é um famoso encontro nacional que reuniu lideranças da luta pela terra de todo país, num seminário diocesano, em Cascavel, Paraná, e depois de quatro dias de longas reflexões, chegou-se à conclusão que o melhor caminho para dar continuidade à luta contra a pobreza e por uma sociedade mais justa, era constituirmos um movimento social, amplo, de caráter nacional, autônomo de partidos, igrejas, estado e governos. Mas a data é uma mera referência. Ela deve ser tomada apenas como um indicativo da história. O mais importante é a própria história. Ou seja, é o processo que se desenvolveu ao longo dos tempos.

Assim, fazem parte da história do MST, não apenas os vinte anos vividos a partir do encontro de Cascavel, mas nossa existência como resultado de um amplo contexto histórico da vida do próprio povo brasileiro.

Nós somos acima de tudo um movimento social. Ou seja, somos uma forma particular do povo brasileiro se organizar para lutar por seus direitos. Para lutar por melhorar a forma da sociedade se organizar e funcionar. Para que todos possam viver melhor. Então, somos o resultado de um contexto socioeconômico, de nossa sociedade e também resultado de um processo coletivo, social, de milhares de pessoas. Milhares de pessoas que também lutaram, antes da existência do MST, e durante a trajetória do MST.

Então celebrar os 20 anos, é acima de tudo celebrar, rememorar, toda trajetória que nos gerou, e a nossa própria história.



Foto: Arquivo MST

Somos fruto de uma longa história

O MST não pode ser compreendido apenas por seus últimos vinte anos. Na verdade ele é fruto de uma longa história realizada por nosso povo. Nós somos filhos do povo brasileiro. Filhos que necessariamente temos nossos pais, avós, e antepassados na vida do povo brasileiro. Assim, só existimos hoje, porque antes de nós, o povo brasileiro organizou outras formas de organização e de luta por justiça no meio rural. Somos herdeiros das lutas históricas dos povos indígenas. Somos herdeiros das lutas históricas dos negros pela liberdade, quando fugiam, e conquistavam sua liberdade e construía os quilombos. Somos herdeiros dos primeiros movimentos camponeses. Alguns se transformaram em verdadeiras epopéias, como Canudos, Contestado, Caldeirão. E

muitos outros não foram registrados pela história oficial da classe dominante, mas certamente houve sempre muitas lutas sociais, nos cafezais, nos canaviais, e por esse sertão afora.

Somos herdeiros da experiência de organização classista dos camponeses, que construíram muitas organizações nacionais a partir da década de 50 do século XX, e que depois foram massacrados pela ditadura militar, como as ULTABs - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, as Ligas Camponesas e o Master - Movimento dos Agricultores Sem Terra.

Somos herdeiros de muitas lutas localizadas de resistência realizadas por posseiros e camponeses anônimos, que na escuridão da ditadura militar, sobreviveram, e lutaram.

Somos fruto de muitas reflexões. Somos frutos da teorização de muitas experiências de luta que nos antecederam, seja no Brasil, seja dos movimentos camponeses da América Latina.

Comemorar vinte anos de MST é também comemorar, relembrar toda essa trajetória.

Somos filhos de muitos lutadores e lutadoras do povo brasileiro

Ao longo da história do nosso povo e dos movimentos camponeses em particular, muitas lutas e processos sociais tiveram sua representação na liderança pessoal de muitos lutadores. A história oficial prioriza muitas vezes a referência a pessoas, a lutadores como símbolo de um processo social. Mas em todos os processos sociais, milhares de homens e mulheres se envolvem, lutam, se sacrificam, embora talvez a história registre o nome de apenas alguns, que ficam mais conhecidos, que viram referências.

E quando nos referenciamos em algumas lideranças, queremos na verdade transformá-los em ícones de um processo social. É como se eles fossem o resumo, a síntese, daquele processo. Mas nunca devemos nos esquecer que eles foram resultado de uma vontade coletiva, de um processo social, que lhe deu inclusive um papel de direção e de destaque.

Por isso, faz parte também de nossa história a contribuição de muitas lideranças e lutadores do povo brasileiro, que antecederam ao MST. Por isso, em nossa história devemos referenciar a Zumbi e Dandara. Devemos referenciar a Antonio Conselheiro, a Monge Maria, ao Beato Lourenço. Devemos referenciar lutadores como João Pedro Teixeira, Francisco Julião, João sem-terra, Gregório Bezerra, e tantos outros. Cada um a seu modo e no seu tempo, foi líder de processos de luta social.

Mas também devemos referenciar os lutadores do próprio MST, que ao longo dos vinte anos pagaram com a vida, a ousadia de continuar a liderar a luta. E foram muitos os companheiros e as companheiras que perdemos nessa caminhada e que poderiam estar conosco, celebrando nossa história. Em todos os estados temos nossos mártires. Alguns caíram sob a mão assassina do latifúndio, outros pagaram com a vida, pela pressa de cumprir seu dever, outros amargaram enfermidades que a luta lhes trouxe. Partiram. Mas deixaram muitos exemplos para todos nós. E por isso não podemos esquecê-los. E foram tantos, que nem podemos nomeá-los a todos, mas cada quem em seu espaço deve referenciá-los. Temos por exemplo nossa querida Roseli Nunes, nossa exemplar Salete Stronzake, nosso Oziel Alves... E quantos mártires tivemos, que embora não pertencessem a nosso movimento, como membros, eram acima de tudo lutadores do povo brasileiro, e tanto nos ajudaram. Não podemos esquecer jamais, como parte de nossa história,



nossos queridos José Gomes da Silva, Madre Cristina, Florestan Fernandes, Josué de Castro, Darcy Ribeiro, Milton Santos, Paulo Freire, Dom José Gomes...

Somos fruto de nossos erros e acertos

Somos um Movimento social que procura organizar os trabalhadores, os pobres, os camponeses, homens e mulheres, jovens e anciãos, que queiram lutar por justiça social. E ao tratar de nos organizarmos, somos um processo contraditório. Um processo que não depende apenas da vontade política das pessoas. Não depende da aplicação de normas sociais, de princípios organizativos. Depende também das contradições da luta de classes. Da dinâmica da luta de classes. Depende também das fragilidades da natureza humana, de seus desvios e vontades.

Somos fruto disso. E por isso, o comemorar dos vinte anos deve servir de momento importante para uma espécie de balanço. Um balanço avaliativo, do que fizemos de acerto, do que fizemos de errado. Para aprender com ambos. Podemos apreender com nossos erros, para evitá-los, não apenas para autocríticas hipócritas. Apreender com erros é identificá-los, conhecer suas causas, e construir práticas sociais que os evitem e combatam. Apreender com nossos acertos é perceber, quais são os métodos e práticas sociais que nos ajudam a construir o Movimento, a organizar mais gente. Comemorar nossa trajetória histórica serve também para refletir sobre esses métodos e práticas sociais.

Olhar para a história para enxergar um futuro mais claro

Por último, devemos aproveitar esse momento de nossa trajetória. Devemos aproveitar para com a maturidade de quem já caminhou tanto, e conse-

guiu chegar aos vinte anos, ter a lucidez de olhar para trás, enxergar cada curva do caminho trilhado, cada pedra, cada vala, cada tropeço. Perceber os meandros da luta classes, e assim ter uma visão mais clara e aguçada para olhar para frente, e saber discernir qual o melhor caminho a seguir, para chegar mais seguro ao nosso destino.

Nosso destino continua o mesmo. O MST segue sendo um movimento social, que procura organizar os pobres do campo e seus amigos, para lutar por uma sociedade com menos pobreza e menos desigual. E achamos que o combate à cerca do latifúndio, à cerca do capital, à cerca da ignorância, à cerca da dominação tecnológica, é a melhor forma de construir uma sociedade igualitária no meio rural e no Brasil. Mas os caminhos que devemos utilizar para chegar até o destino, podem ir se alterando. Não devemos nos iludir com os caminhos fáceis, com o asfalto, com o avião. Às vezes, a forma mais rápida, não é sinal de segurança que chegaremos ao destino almejado.

Que as reflexões que estamos fazendo ao longo do ano de 2004, sobre nossos vinte anos de estrada, nos ajudem a enxergar com mais clareza, qual o melhor caminho, quais os atalhos, que devemos tomar para chegar ao nosso destino.

Longa vida ao MST!

Mas o MST somente terá uma longa vida, se nunca se apartar de seu verdadeiro mistério: organizar os pobres do campo, para que lutem por seus direitos e conquistem uma vida melhor.

Só vivemos para isso.

João Pedro Stédile
Direção Nacional do MST

Balanço do Setor de Educação

Reflexões sobre marcas de nossa trajetória

A propósito dos 20 anos estamos refletindo sobre as principais marcas de nossa trajetória na tarefa de garantir o acesso à educação ao povo Sem Terra. Os pontos a seguir indicam uma síntese do que fizemos/fazemos neste tempo. Na explicação, nosso olhar sobre o movimento entre passado, presente e futuro.



Foto: Carlos Carvalho

1. Luta por escolas públicas nas áreas de assentamentos e acampamentos

Esta é nossa marca de origem e um traço do projeto de Reforma Agrária do MST que ajudamos a desenhar. Quase ao mesmo tempo em que começou a lutar pela terra o MST, através das famílias acampadas e depois assentadas, começou a lutar também pelo acesso dos Sem Terra à escola pública; *agimos para provocar o Estado a agir*; construímos e pressionamos políticas públicas para a população do campo. Por isso chegamos, primeiro na prática e depois no conceito,

à *educação do campo*, defendendo o direito que uma população tem de se educar e de pensar o mundo a partir do que faz e do lugar em que vive.

No início nossa visão do direito e nossas pernas de luta iam até a educação fundamental para crianças e adolescentes; aos poucos fomos nos encontrando com a alfabetização e logo com a educação de jovens e adultos; depois com a educação infantil e mais recentemente com a educação universitária. Com a educação média a preocupação veio primeiro com a possibilidade de cursos alternativos para formação dos professores das escolas conquistadas e logo para a formação de técnicos para as experiências de cooperação do Movimento; só bem mais recentemente enxergamos a possibilidade de ter escolas públicas de nível médio em nossas próprias áreas de assentamento.

Em dados estimados podemos dizer que o MST conquistou em 20 anos aproximadamente 1500 escolas públicas nos seus acampamentos e assentamentos, colocando nelas em torno de 160 mil crianças e adolescentes Sem Terra, e ajudando a formar os seus mais de 4 mil educadores; também desencadeou um trabalho de alfabetização de jovens e adultos, envolvendo em 2003 mais de 28 mil educandos e 2000 educadores; começou a desenvolver práticas de educação infantil em seus cursos, encontros, acampamentos e assentamentos, que formam pelo menos 500 educadores nesta nova frente; conseguiu criar algumas escolas de ensino médio nos assentamentos e a fazer cursos superiores em parceria com diferentes universidades brasileiras.



No balanço da caminhada é preciso destacar especialmente o acerto histórico da luta por escolas *públicas* nas próprias áreas de Reforma Agrária: - porque através desta luta já conseguimos praticamente universalizar o acesso das nossas crianças à escola (acompanhando os dados da educação nacional), o que certamente não teria acontecido se tivéssemos aceitado a lógica do transporte escolar, pressão que continua até hoje na implantação de cada assentamento; - porque toda vez que conseguimos conquistar uma escola de educação fundamental completa e de educação média em um assentamento ela representa menos adolescentes e jovens do campo fora da escola, e mais gente enraizada em seu próprio lugar; - porque através desta luta estamos formando a consciência do direito à educação e a noção de público entre as famílias Sem Terra e também entre outras famílias do campo, o que em um país como o nosso é fundamental para construção de políticas realmente públicas; - porque em muitos lugares conseguimos com esta luta específica recolocar a questão da educação da população do campo na agenda de secretarias de educação, de conselhos estaduais, do próprio MEC; - porque aprendemos neste processo que a escola tem que estar onde o povo está, e que os camponeses têm o direito e o dever de participar da construção do seu projeto de escola.

Mas toda esta luta de 20 anos não impediu que fôssemos vítimas do ‘gargalo’ ou do ‘funil’ que caracteriza o acesso à educação em nosso país, especialmente no meio rural. São 1500 escolas, sendo em torno de 200 com a educação fundamental completa e pouco mais de 20 com ensino médio. A visão predominante no poder público tem sido a seguinte: “até 4ª série, se não tiver outro jeito, se a pressão for muita, a gente até cria escola ali no assentamento; mas depois, quem quiser continuar estudando que

vá para a cidade”. Nos últimos anos temos gasto mais energia para impedir o fechamento de escolas do que para abrir novas ou ampliar as existentes. E o pior: nossas comunidades se acomodaram a esta realidade de escolas até 4ª série, e as iniciativas do setor de educação também têm sido tímidas para reverter uma situação que é estrutural.

Em 2003 retomamos o debate no coletivo nacional de educação, especialmente quando tivemos acesso a alguns dados sobre a escolaridade de nossos adolescentes. Embora ter dados precisos seja também um problema que o setor (o MST) tem até hoje, as estimativas apontam que há áreas onde mais da metade da população adolescente e jovem está fora da escola. Ou seja, o balanço dos 20 anos é de conquista, mas uma conquista pela metade, e que se perderá se não ‘arrebentarmos este gargalo’.

Precisamos refletir mais sobre um certo recuo de atuação do setor nesta questão específica. A explicação pode estar no número de tarefas diferentes em que o setor foi se envolvendo nos últimos anos; mas também pode estar no fato de que ainda não ficou assim tão forte em nós a idéia de que os camponeses têm direito à escola e que este direito não pode ter limites, nem de lugar nem de nível de ensino: assim como podemos ter camponeses na Universidade temos que pensar que não podemos mais ter adolescentes e jovens fora da escola...

Ou será que o nosso recuo está em uma certa incapacidade de agir diante de uma situação mais complexa? Para ‘estourar o gargalo’ da escolaridade de adolescentes e jovens Sem Terra é preciso se somar com outras forças do campo; é preciso efetivamente levar a sério o trabalho com a Educação do Campo, na perspectiva de mexer com o sistema público de educação de nosso país, tarefa que até hoje tivemos receio ou dú-



vidas de 'mergulhar de cabeça'... De certo modo não estamos conseguindo potencializar a crescente valorização do estudo e da escola entre a militância do MST, transformando este novo traço do 'imaginário camponês' em força material para lutas mais ousadas pela universalização do acesso à educação básica. Este parece ser o grande desafio da continuidade do nosso trabalho, em uma espécie de retorno, em um movimento de espiral, a nossa tarefa de origem, ou seja, em novos patamares práticos e teóricos, e na perspectiva de ajudar na construção de um Sistema Público de Educação do Campo.

Um desafio que vem junto com este de retomarmos a luta pela educação básica nos assentamentos e acampamentos é o de conseguirmos dados quantitativos mais precisos sobre nossa realidade educacional: precisamos especialmente xecar nossas estimativas sobre número de escolas públicas de educação fundamental (quantas só de anos iniciais e quantas de educação fundamental completa) e média em nossas áreas, sobre número de educandos e educadores; também ter mais claras as demandas por educação fundamental e média, conseguindo dados sobre a população dos assentamentos e acampamentos, principalmente número de crianças, de adolescentes e de jovens, pesquisando também qual a porcentagem desta população que está buscando alternativas de estudar em escolas de fora das áreas, no próprio campo ou na cidade.¹

2. Produção coletiva de um projeto político-pedagógico

Em nossa trajetória fomos construindo uma concepção de educação, um método de fazer a formação das pessoas, uma concepção de escola. Desde o início tivemos a preocupação de fazer e então ir pensando o que seria a 'escola diferente', e depois os princípios da

educação no MST; por isso chegamos à Pedagogia do Movimento e à Educação do Campo. Começamos nossa reflexão pedagógica na escola, saímos dela e estamos voltando a ela, agora a partir de uma visão bem mais alargada de educação e do próprio Movimento.

A produção de materiais do setor reflete a trajetória deste processo de pensar a prática e formular concepções a partir dos embates em que estamos envolvidos. E se trata de um processo com uma marca especial, a marca da produção coletiva. A grande maioria dos escritos do setor é produto de muitas cabeças e muitas mãos e se caracteriza por ser sistematização de experiências coletivas: valorização da prática e de seus sujeitos, e diálogo com teorias produzidas desde a mesma perspectiva de classe e de ser humano.

Aprendemos que o processo de formação humana vivenciado pela coletividade Sem Terra em luta é a grande matriz para pensar uma educação centrada no desenvolvimento do ser humano, e preocupada com a formação de sujeitos da transformação social e da luta permanente por dignidade, justiça, felicidade. Buscamos refletir sobre o conjunto de práticas que faz o dia a dia dos Sem Terra, e extrair delas lições de pedagogia, que permitem qualificar nossa intencionalidade educativa junto a um número cada vez maior de pessoas. Aprendemos também que a escola deve fazer parte deste processo; buscamos refletir sobre a pedagogia de uma escola que assume o vínculo com esta luta e este Movimento. Estamos hoje buscando pensar isso tudo de forma mais ampla, com o conjunto dos Movimentos da Via Campesina, e na perspectiva da Educação do Campo.

Mas também é verdade que, especialmente em relação às escolas públicas que conquistamos, mais avançamos na concepção a partir de experiências pontu-

¹ Muito importantes, nesta perspectiva, serão os resultados da "Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária" que está sendo feita através da parceria entre o Pronera/MDA e o INEP/MEC em todas as áreas de assentamento do país, no período de outubro e dezembro de 2004. Esta é uma antiga reivindicação do MST e tem nosso apoio e participação.



ais do que mexemos significativamente no conjunto das escolas. É que quando iniciamos como setor o acompanhamento das escolas nos deparamos com um grande desafio, e bem maior do que nós: diante da tradição de uma escola elitista, autoritária, burocrática, conteudista, 'bancária', com uma concepção estreita e pragmática de educação, o desafio de construir uma escola popular, democrática, flexível, dialógica, lugar de formação humana integral, em movimento.

Em nossos embates temos conseguido pelo menos explicitar contradições, produzir conflitos. Já compreendemos que a escola pode fazer muita diferença na luta por um Brasil sem latifúndios, desde que sejamos capazes de transformá-la, até mesmo para que ela retome certas tarefas que lhe são próprias como, por exemplo, a de trabalhar com os educandos uma formação geral sólida, capaz de fornecer as ferramentas necessárias a uma compreensão crítica do mundo. Mas ainda temos muito trabalho pedagógico pela frente: com a família Sem Terra, com os educadores, com as secretarias de educação, com as universidades...

O setor de educação tem o mérito da tentativa de transformar uma instituição quase intocável, e de se desafiar a pensar uma escola em outros parâmetros políticos e pedagógicos. Mas aqui também temos que reconhecer que recuamos em um trabalho mais continuado de acompanhamento às escolas, à medida que não priorizamos ter no setor pessoas com esta tarefa específica. O próprio trabalho que fazemos com os Sem Terrinha, em suas mobilizações e encontros, embora um destaque muito significativo que também podemos fazer em nosso balanço, no fundo tenta compensar o trabalho que não fazemos junto às escolas, ou a pouca influência pedagógica que temos sobre elas na maioria dos lugares. Em resumo: a tarefa de ocupação da escola ainda não foi completada...

Criamos o Instituto de Educação Josué de Castro também pensando nele como uma escola de experimentação pedagógica; avançamos muito na reflexão metodológica a partir dos cursos dos diferentes setores do MST que ali acontecem, e do tipo de organização do trabalho pedagógico que lhe é próprio; mas o IEJC não chega a ser uma referência pedagógica para as escolas públicas de assentamentos e acampamentos porque sua especificidade não permite uma transposição linear da experiência; seria preciso um processo mais complexo de sistematização desta prática de escola para que ela pudesse ser mais amplamente aproveitada pelo Movimento.

Há um desafio específico para a continuidade de nossa reflexão pedagógica: precisamos aprofundar a compreensão do que chamamos de Pedagogia do Movimento para poder desdobrá-la em aspectos específicos, sendo um deles a própria pedagogia escolar: o que significa pensar (e fazer) o cotidiano de um processo de aprendizagem-ensino desde a Pedagogia do Movimento? Também é nossa responsabilidade pensar o jeito de levar esta reflexão pedagógica, que vai bem além da escola, para outras práticas e para outros setores do MST.



Foto: Carlos Carvalho

Além disso, precisamos continuar a reflexão teórica da Pedagogia do Movimento como matriz pedagógica, e ajudar na produção de uma teoria da educação do campo, que inclui esta reflexão, mas também vai para um terreno que temos pouco acúmulo, que é o de pensar nossas práticas de educação na perspectiva de um sistema público de educação nacional, que ainda não temos.

3. Formação de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária

Desde o começo de nossa história apostamos na formação de educadores. É uma frente de atuação que surgiu colada com a luta por escolas e depois foi se ampliando para o conjunto das tarefas e frentes de atuação do setor.

No balanço dos 20 anos um destaque a ser feito é sobre este outro acerto histórico nosso, que foi o de termos assumido a luta por professores/professoras das próprias comunidades para as escolas públicas conquistadas, nos preocupando e em alguma medida garantindo seu processo de formação. Ainda que chamadas de “professoras leigas” na linguagem educacional oficial, a ausência de titulação não as impediu de participar do processo coletivo de produção do projeto pedagógico de que falamos no ponto anterior. Aos poucos fomos relativizando a oposição inicial entre professores de dentro x professores de fora e incorporando mais gente em nosso círculo de ‘educadores do MST’ e ‘educadores da Reforma Agrária’, e isto também nos parece um acerto.

Mas podemos dizer que foi um acerto histórico ter no início apostado em nossa gente interna porque: - isto ajudou a garantir as escolas públicas nos assentamentos e principalmente nos acampamentos, que por falta de professores da rede pública comum

poderiam não passar de uma conquista ilusória; - porque justamente a fragilidade de formação de muitas destas pessoas exigiu uma discussão mais coletiva sobre a concepção de escola; - também exigiu o envolvimento do MST como organização na formação de educadores, às vezes disputando esta formação com o Estado; e um envolvimento que se desdobrou na luta por iniciativas de escolarização e formação específica para professores que atuam em escolas do campo; - e porque, afinal, devolvemos dignidade social à tarefa de educar, e ajudamos a elevar a auto-estima de muitas professoras que atuam junto à população camponesa.

O MST desenvolve cursos formais de formação de educadores desde 1990, primeiro de nível médio (Magistério, hoje Normal Médio) e a partir de 1998, também de nível superior, com o nosso curso Pedagogia da Terra. Esta tarefa acabou se desdobrando também na criação de uma escola específica, o Instituto de Educação Josué de Castro, como também parcerias com secretarias de educação e universidades. O trabalho com cursos formais teve um impulso maior a partir da criação do Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, Incra/MDA) em 1998, de modo que chegamos a 2003 tendo formado aproximadamente 700 educadores nestas turmas específicas.

Não é demais dizer que foi através da atuação com a formação de educadores que fomos premiados pelo Unicef em 1996 e chegamos fortalecidos ao I Enea (Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária) em 1997, com todos os desdobramentos e visibilidade interna e externa que este prêmio e este encontro proporcionaram ao setor. Neste mesmo movimento chegamos logo depois à articulação nacional por uma Educação do Campo, através do processo da



Conferência Nacional de 1998. A trajetória do nosso trabalho no setor revela o princípio de valorização dos educadores como principais sujeitos do projeto pedagógico das escolas pensadas desde o ideário da Educação do Campo.

Nossos cursos formais têm sido espaços privilegiados de qualificação do trabalho do setor, tanto do ponto de vista da reflexão pedagógica como da própria construção da organicidade da educação no Movimento. Um limite é que não temos sistematizado suficientemente as experiências dos diferentes cursos e nem sempre as turmas novas podem aprender mais significativamente da caminhada já feita pelas mais antigas.

A dimensão específica da ocupação da universidade, que iniciou com os cursos de educação e hoje se espalha por outras áreas, tem um significado histórico que talvez não tenha sido suficientemente refletido pelo conjunto do MST. A experiência com as turmas de Pedagogia nos fez perder o medo da universidade e quebrou o mito de que camponês não pode ter espaço nela. Na sociedade brasileira a universidade simboliza, de fato, e ainda hoje, o latifúndio do saber; uma instituição pensada desde uma lógica elitista e que se perturba toda vez que há a entrada de pessoas organizadas (movimentos sociais) que representam e lutam por uma outra lógica.

Mas olhando para nosso presente e projetando nosso futuro, ainda não podemos estar satisfeitos com este trabalho de formação de educadores. Temos limites na quantidade e na qualidade do que estamos fazendo. Ainda atingimos poucos educadores em nossos cursos formais e não conseguimos alternativas de formação realmente continuada, especialmente para os professores de nossas escolas.

Nos cursos há às vezes um certo descompasso entre a formação

desenvolvida com nossos parceiros e as demandas específicas de nossa realidade. E não podemos dizer que os cursos estejam preparando as pessoas que assumirão realmente a tarefa de mexer com a estrutura de nossas escolas públicas. Estamos ainda muito presos a um currículo tradicional de formação de educadores, e ainda não superamos uma certa dicotomia entre o objetivo de formar militantes para o trabalho específico de educação e de educação escolar e para outras tarefas do próprio setor ou do conjunto da organização. Também não estamos satisfeitos com a formação política trabalhada, que precisa avançar e estar em sintonia mais acelerada com os debates do nosso tempo.

Algo de que nos podemos orgulhar nesta trajetória é o alargamento do próprio conceito de educador. No MST hoje é considerada educadora toda pessoa que faz a luta pela Reforma Agrária, em suas diferentes dimensões, na perspectiva de humanizar as pessoas e formar mais gente para as fileiras da luta por um Brasil sem latifúndios. Mas aqui uma contradição: ajudamos a criar a identidade de educador do Movimento, que é aquele capaz de ser educador em diferentes espaços, mas dada a pouca valorização específica da tarefa de ensinar, e especialmente na escola, na sala de aula, acabamos pecando na formação da identidade específica de professor de escola do MST ou da Reforma Agrária, o que afinal seria nossa tarefa mais específica.

Na prática já estamos avançando no entendimento de que precisamos quantificar e qualificar as duas coisas: tanto nos preocupar com a formação de educadores para atuação no conjunto das tarefas do MST como para a atuação específica nas escolas, mas talvez o que falte seja explicitar melhor as especificidades disso para construir um projeto pedagógico adequado a diferentes objetivos.



4. Luta pela Educação do Campo

Na prática começamos a atuar na perspectiva da educação do campo quando alguns anos depois de estar fazendo a luta por escolas públicas nos assentamentos, nos demos conta de que os sem-terra não são os únicos excluídos da escola, e especialmente que para conseguir escolas de educação fundamental completa era preciso uma articulação maior com outras comunidades do campo, porque isso representa uma pressão maior sobre secretarias de educação e o poder público em geral. As experiências de pensar escolas como pólos regionais entre assentamentos e com estudantes de outras comunidades de camponeses aos poucos vão educando nosso olhar para uma realidade mais ampla.

No debate específico e na articulação nacional por uma Educação do Campo entramos a partir do I Enera em 1997 e pela realização da I Conferência Nacional em 1998. Fomos desafiados por entidades parceiras a socializar o nosso acúmulo na área da educação e puxar para a agenda nacional um tema um tanto adormecido, que era o da necessidade de uma luta social e de uma reflexão pedagógica específicas para a realidade da população do campo, da classe trabalhadora do campo.



Foto: Carlos Carvalho

Os desdobramentos na entrada dos anos 2000 e, mais especificamente as possibilidades de avanço de políticas e do debate no atual governo Lula já nos apontam o acerto de termos empunhado esta bandeira. Com ela veio junto o início da discussão de educação em outras organizações da Via Campesina e o próprio enriquecimento da reflexão no MST, motivada por este olhar em perspectiva. As turmas de Pedagogia da Terra que estamos fazendo em conjunto com outros Movimentos, e a experiência recente de um curso de especialização específico para o aprofundamento da educação do campo indicam a possibilidade de um novo salto de qualidade em nossa atuação e em nossa elaboração teórica.

Mas temos uma grande fragilidade: está faltando fôlego e capacidade política e teórica nossa para dar mais substância a esta luta e a este debate. Na discussão de políticas públicas temos muito pouca elaboração, ainda que a intuição sobre a relação entre direito social e noção de público nos acompanhe desde o início do Movimento. O fato é que em nosso coletivo nacional de educação nunca tivemos pessoas priorizando esta reflexão e acompanhando o desenrolar da política educacional brasileira.

Além disso, estamos ainda aprendendo a lidar com o debate mais político-ideológico da educação do campo entre as diferentes organizações camponesas. Já compreendemos que sem criar e consolidar uma rede ampla dos diferentes sujeitos do campo, não vamos conseguir mexer no sistema educacional do país a ponto de garantir um avanço real nas políticas públicas de Educação do Campo, mas que quando se trata de dar conteúdo a esta política e discutir um projeto de educação para as comunidades camponesas não podemos abrir mão do nosso ideário e de nosso projeto social mais amplo.

De uma oscilação de nossa parte pode derivar uma perda histórica irreparável: abrimos mão do protagonismo dos movimentos sociais na construção des-



ta política e novamente deixar que os camponeses sejam vítimas de 'pacotes educacionais' subservientes a modelos econômicos que combatemos.

5. Educação na agenda política do MST

Não tem como olhar para a trajetória do trabalho do setor sem olhar para a trajetória do conjunto do Movimento. O esforço deste balanço tem o sentido apenas didático de nos ajudar a olhar no espelho do nosso trabalho ou de nossas tarefas específicas para compreendermos melhor o nosso lugar na organização e no projeto político do MST.

O setor de educação nasceu de uma necessidade real e objetiva das famílias sem-terra: escola para as crianças, professores capazes de trabalhar desde nossa realidade específica, comunidades envolvidas com a escola também depois de sua conquista como espaço físico. Esta foi nossa força material de origem, ao mesmo tempo em que durante muito tempo também significou uma fragilidade: o trabalho de educação, diferente de outras dimensões do Movimento, embora tenha virado setor, não começou como intencionalidade das instâncias da organização e o debate sobre o papel da educação no projeto de reforma agrária do MST ainda hoje não envolveu com mais profundidade o conjunto de nossa militância e de nossa base.

Aos poucos vamos aprendendo em conjunto que a escola também pode ajudar no desenvolvimento social das comunidades do campo: desde que faça parte delas e desde que se articule política e pedagogicamente com outras iniciativas e outras políticas de desenvolvimento dos assentamentos, do campo como um todo.

Passamos da visão da educação como serviço à visão da educação como

parte do projeto do MST. E o crescimento da importância atribuída às questões de educação no Movimento é diretamente proporcional à compreensão pela militância da complexidade das lutas mais amplas em que estamos envolvidos, e dos desafios específicos da formação de quadros.

Talvez a maior contribuição que o setor tenha dado ao conjunto do Movimento foi a construção do valor da escolaridade, como um dos fundamentos do valor do estudo, este já muito forte na compreensão das lideranças do MST, desde o seu começo. Estamos efetivamente mexendo no 'imaginário camponês', de forma ainda pouco refletida por nós mesmos: o que pode significar historicamente esta nova visão do direito à educação e do dever de estudar? Temos sido no setor um grupo de teimosos insistindo na defesa da educação e aos poucos também forçando a incorporação pelo Movimento da preocupação política e pedagógica com a formação das novas gerações, o que cresce mais à medida que o próprio projeto político do MST se alarga e passa a ser visto na dimensão da história e não apenas de conquistas imediatas.

Da mesma forma temos dado nossa contribuição para o grande legado que o MST está deixando para a sociedade, que é o de resgatar a questão da Reforma Agrária e o campo para a agenda política nacional. De nossa parte estamos ajudando a mostrar que o campo está vivo também no âmbito da educação e da elaboração de política educacional e de pedagogia.

A combinação entre escolarização, formação político-ideológica e formação técnica que foi inaugurada pelos cursos formais do MST das áreas da educação e da produção nos parece outra marca histórica importante. Do ponto de vista interno isto está exigindo uma reorganização do trabalho que ainda não enxer-

gamos bem qual é. A educação, mesmo a escolar, já não cabe e não é mais própria só do setor de educação e as iniciativas intersetoriais indicam um novo formato para a organicidade necessária para dar conta destas tarefas que entrelaçam educação, formação, produção, saúde...

O desenvolvimento do setor pode ser comparado ao desenvolvimento humano: tivemos nossa infância de descoberta do mundo do Movimento e de ir arriscando algumas tarefas específicas; passamos depois pela adolescência, com uma certa crise de identidade, onde compreendemos que pra ter reconhecimento da organização era preciso sair de uma atuação só de setor e só na escola; aprendemos a quebrar a cerca da escola e das secretarias de educação indo fazer trabalho direto com as crianças, e com os educadores; fizemos grandes eventos que nos mostraram à sociedade e então fomos vistos pelo conjunto do Movimento; aprendemos sobre a importância de pensar grande e enxergar nosso trabalho na perspectiva maior do projeto da organização; a crise é porque neste processo por vezes tivemos dúvidas sobre qual mesmo era nossa tarefa específica, a que justifica ter um setor de educação no Movimento; fugimos do miúdo dos processos pedagógicos; fugimos da escola, embora sem deixar de continuar lutando por ela...

Hoje estamos entrando na juventude com o desafio de atingir a maturidade, o que quer dizer consolidar nossos focos de atuação e nosso método de trabalho a partir dos aprendizados da caminhada. Método que implica em saber ajustar o funcionamento do setor às transformações do Movimento e da sua concepção de organicidade, fortalecendo ao mesmo tempo certos traços que nos caracterizam como a capacidade de envolver bastante gente

no trabalho, desmembrando tarefas grandes em diferentes tarefas miúdas; também a marca da participação da mulher e da juventude, e o próprio traço da preocupação com os detalhes das ações que repercutam em mais educação/humanização das pessoas...

Aos poucos vai ficando claro também que precisamos retomar nossa tarefa de origem, que hoje vemos como a luta por escolas para os Sem Terra de todas as faixas etárias, sem achar que isto seja tarefa menor ou maior, mas sim uma das dimensões da construção do projeto de Reforma Agrária do MST. Luta que já sabemos também inclui a disputa de uma concepção de escola, no que precisamos ser mais ousados e mais abertos ao diálogo também com outras lutas e outras experiências. O desafio é ampliar esta compreensão no conjunto do setor e do Movimento, e desdobrar melhor em nosso dia a dia este movimento entre o graúdo e o miúdo, entre garantir a organicidade do setor na organicidade do MST e garantir um processo de aprendizagem-ensino coerente com nossos objetivos de transformação social. Precisamos desenvolver mais entre nós a visão de totalidade e de historicidade.

Resumo dos principais desafios para atuação do Setor de Educação hoje

1. Radicalizar a luta pelo direito à escola pública no campo. Precisamos “estourar o funil” da escolarização fundamental e média que ainda existe em nossos assentamentos e acampamentos e que envolve principalmente os adolescentes e jovens.
2. Reduzir drasticamente os índices de analfabetismo entre jovens, adultos e idosos de nossas áreas, garantindo



parcerias para um trabalho massivo e continuado. Incluir o trabalho de educação de jovens e adultos como parte importante dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos e dos Projetos de Desenvolvimento Regional, na perspectiva de ampliar os conhecimentos da nossa base social e elevar seu patamar de compreensão da realidade e de desenvolvimento cultural.

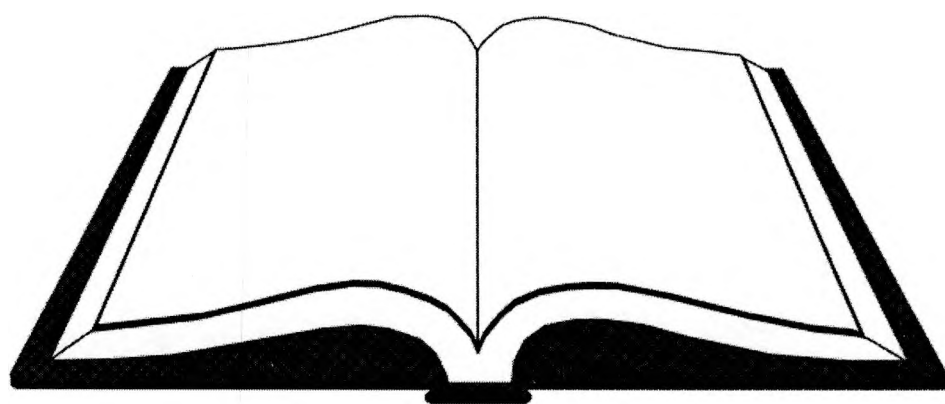
3. Qualificar a atuação do setor de educação junto às escolas dos assentamentos e acampamentos, discutindo mais amplamente nossa concepção de escola e apoiando a construção dos seus projetos pedagógicos. Ou seja, é preciso radicalizar e intencionalizar o processo de 'ocupação da escola' pela Pedagogia do Movimento.
4. Fazer ajustes na organização e funcionamento do setor de educação tendo em vista maior sintonia com a nova proposta de organicidade do MST.
5. Garantir a ampliação das iniciativas de formação de educadores (de educação fundamental e média, de educação de jovens e adultos e de educação infantil), discutindo parcerias para um programa nacional de formação continuada na perspectiva da Educação do Campo.
6. Participar ativamente do debate e das ações que possam culminar em uma Política Nacional de Educação do Campo, como parte da efetiva construção de um sistema público de educação em nosso país, e tendo como eixo a universalização do acesso à educação e à escola e a construção coletiva dos indicativos de qualidade deste acesso.
7. Interpretar mais profundamente a chamada 'Pedagogia do Movimento', ou a dimensão educativa da própria dinâmica do Movimento e como dela

se podem extrair lições metodológicas sobre como educar as pessoas e sobre como conduzir a nossa organização de modo que inclua mais gente com mais consciência do projeto pelo qual lutamos. E enquanto setor de educação o desafio é duplo: precisamos nos apropriar com mais rigor da reflexão pedagógica produzida pelo próprio Movimento, ao mesmo tempo em que pensar métodos adequados para que esta reflexão possa acontecer nas instâncias da organização e com o conjunto da base social de nome Sem Terra.

8. Não perder de vista o sentido maior do trabalho de educação ser assumido por um movimento social como o MST: precisamos educar milhares e milhares de continuadores da luta pela Reforma Agrária e das lutas por um novo país. Não temos dúvida sobre uma das principais razões do MST ter chegado ao seu 20º aniversário: seu trabalho de formação humana e a preocupação com a formação de militantes.

Precisamos multiplicar formas, tempos e espaços de educar pessoas com dignidade, brio, alegria de ser humano, e com uma consciência política que lhes exija incluir a luta pela Reforma Agrária e por um novo país como dimensão de sua vida. Precisamos formar novos militantes do MST e de outras lutas sociais da classe trabalhadora, com muita capacidade de estudo e de organização, consciência política, capacidade de projetar o futuro, vontade de lutar, determinação e ousadia para fazer acontecer o novo, mesmo onde não se encontrem ainda as melhores condições para isso.

Coletivo Nacional de Educação
do MST, 2004.



Setor de Educação





No começo, tudo difícil e improvisado. Mas valeu a pena.

Ainda não havia um Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra organizado e presente em todo o Brasil. Muito menos um Setor de Educação que desse conta de elaborar uma pedagogia específica para a tarefa de educar crianças, adolescentes, jovens e adultos do campo. Mas já havia a semente da luta pela educação e a preocupação com as crianças. Essa preocupação estava presente desde as primeiras ocupações...

Lembranças de pessoas que participaram desse processo mostram como foi o começo do Setor de Educação. Tudo era improvisado. O poder público não reconhecia a necessidade de educar os acampados e seus filhos. Mas a luta valeu a pena. Hoje já há escolas itinerantes reconhecidas, nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Existe um Setor de Educação organizado em frentes de atuação. Há uma Pedagogia da Terra e já se fala em Educação do Campo. Muito se caminhou perseguindo o objetivo de educar pessoas do campo.

Do início difícil na Anoni, Luci Piovesan recorda que as aulas começaram já no primeiro acampamento. "Apesar de na época o governo não reconhecer, tinha escola itinerante. Hoje, as aulas são reconhecidas pela Secretaria de Educação". Naqueles tempos, segundo Luci as professoras, que em sua maioria eram esposas de acampados, reuniam as crianças e davam aula mesmo sem receber do governo do Estado. A importância dessa iniciativa era não deixar as crianças completamente paradas, embora as aulas não valessem como ano letivo, ao menos elas recebiam alguma formação evitando que se perdesse o conhecimento que já tinham adquirido nas escolas, antes de irem para o acampa-

mento. Luci dá um exemplo "uma criança tinha cursado a primeira série quando voltasse a escola não ia saber mais nada teria que voltar a fazer novamente a mesma série".

Frei Sérgio Gorgen lembra que desde o acampamento de Erval Seco as crianças eram responsáveis por preparar a celebração. Segundo ele, as famílias iam inteiras para o acampamento e as crianças não tinham como estudar. "Era uma criança e não conseguíamos ter um trabalho permanente de educação. Então no período de férias, de 1984 para 85, nós conseguimos convencer um grupo de meninas que faziam o magistério, numa escola normal de Frederico Westphalen, onde as irmãs trabalhavam, para passar o período das férias dando aula para as crianças... Aí os adultos resolveram aprender também, tinha uma porção de analfabetos. Foi aí que organizamos a alfabetização de adultos". Esse trabalho, mesmo que não realizado com o apoio da estrutura do governo do estado, rendeu frutos. Algumas pessoas antes analfabetas, hoje graças ao tra-



Foto: Lewy Moraes



balho feito no acampamento, conseguem escrever seus nomes. Frei Sérgio conta: “me emocionei com uma senhora que está bem velhinha, que está agora morando junto com o filho no assentamento em Encruzilhada do Sul, não sei porque cargas d’água ela tinha que assinar um papel e perguntei: ‘a senhora sabe assinar o nome?’ e ela respondeu ‘sei, aprendi lá no Erval Seco!’”.

“Eu acho assim”, diz Isafas Vedovatto “o setor da educação que surgiu já na época do acampamento da Anoni, teve como ponto de partida as

crianças que estavam acampadas e não tinham aula. A necessidade obrigou a criar. Como nós tínhamos vários setores no acampamento, de higiene, de saúde, de negociação, vários setores... foi preciso criar um Setor de Educação”. Com a regularização do assentamento a luta por escola ganhou força e as tarefas do Setor de Educação ampliaram-se. O setor começava a se preocupar com a capacitação dos professores, a alfabetização de adultos, e da própria compreensão da elaboração de novos métodos de ensino. Lutas hoje representadas neste Boletim.

Nossa concepção de educação e de escola

1. Em nossa trajetória de luta e organização dos trabalhadores do campo fomos construindo uma concepção de educação; mais do que inventar o que estamos fazendo é recuperar algumas matrizes pedagógicas desvalorizadas pela sociedade capitalista: pedagogia do trabalho, pedagogia da terra, pedagogia da história, pedagogia da organização coletiva, pedagogia da luta social, pedagogia da práxis...
2. Aprendemos que o processo de formação humana vivenciado pela coletividade Sem Terra em luta, é a grande matriz para pensar uma educação centrada no desenvolvimento do ser humano, e preocupada com a formação de sujeitos da transformação social e da luta permanente por dignidade, justiça, felicidade. Buscamos refletir sobre o conjunto de práticas que fazem o dia a dia dos Sem Terra, e extrair delas lições de pedagogia, que permitam qualificar nossa intencionalidade educativa junto a um número cada vez maior de pessoas. A isso temos chamado de *Pedagogia do Movimento*.
3. Educação não é sinônimo de escola. Ela é muito mais ampla porque diz respeito à complexidade do processo de formação humana, que tem nas práticas sociais o principal ambiente dos aprendizados de ser humano. Mas a escolarização é um componente fundamental neste processo e um direito de todas as pessoas. Desde os primeiros acampamentos e assentamentos esta é uma das lutas do MST.
4. Desde o começo do MST existiu a luta pela criação de escolas nos próprios assentamentos. Primeiro por uma certa intuição de que isto também era um direito, e pela consciência de que se as escolas não fossem no assentamento, muitas crianças continuariam fora delas. Aos poucos esta exigência foi se tornando uma convicção, um princípio do MST.
5. Estudar na cidade, só em último caso. Consideramos que a educação no meio urbano prepara o filho do agricultor para sair do assentamento. O ensino nas escolas dos assentamentos e acampamentos do MST deve preparar os estudantes para ficar e transformar o meio rural.



6. Por isso passamos a trabalhar por uma identidade própria das escolas do campo, com um projeto político e pedagógico que fortaleça novas formas de desenvolvimento no campo, baseadas na justiça social, na cooperação agrícola, no respeito à vida, e na valorização da cultura camponesa.
7. Ao dizer *escola de assentamento* (ou de acampamento) estamos afirmando a necessária vinculação da escola com a realidade local e o desafio de participar efetivamente da solução de seus problemas. Ao dizer *escola do MST*, afirmamos a relação que a escola deve ter com a luta pela Reforma Agrária, que vai além das questões localizadas em cada assentamento. Ao dizer *escola do campo*, estamos assumindo um vínculo mais amplo com o destino do conjunto dos camponeses ou dos trabalhadores do campo, o que exige da escola que também leve novas questões à comunidade, ajudando em seu engajamento a um projeto mais amplo, histórico, de futuro. Em qualquer das expressões, o *de* ou o *do* pretendem-se afirmativos de uma identidade construída. Não basta ter escola *no* assentamento; ela tem que ser uma escola *de* assentamento. Não basta ter escola *no* campo; tem que ser uma escola *do* campo, que assuma as causas e a cultura de quem ali vive e trabalha.
8. Nosso projeto de educação tem sido elaborado em torno de princípios ou linhas de ação, como forma de, ao mesmo tempo, respeitar as diferentes realidades, estimular a reflexão criativa em torno de como implementar na prática estes princípios, e manter a unidade nacional de atuação, tal como acontece no conjunto das dimensões de luta do MST.
9. Quando dizemos *projeto de educação do MST*, estamos nos referindo à combinação entre a luta pelo acesso à escolarização, e o processo de construção de uma pedagogia adequada aos desafios da realidade específica onde atuamos, e do projeto social e histórico mais amplo que nos anima e sustenta. Buscamos refletir sobre uma escola, escola pública como são todas as escolas que temos em nossos assentamentos e acampamentos, que assume o vínculo com a luta, a organização, e a pedagogia do nosso Movimento.
10. Alguns princípios fundamentais de nossa pedagogia são os seguintes:
 - ⇒ a relação entre prática e teoria e a preocupação com a formação para a ação transformadora;
 - ⇒ a realidade e seu movimento como base da produção do conhecimento;
 - ⇒ seleção de conteúdos formativos socialmente úteis e eticamente preocupados com a formação humana integral;
 - ⇒ educação para o trabalho e pelo trabalho, com ênfase na cooperação;
 - ⇒ construção de um ambiente educativo que vincule a escola com os processos econômicos, políticos e culturais;
 - ⇒ gestão democrática, incluindo a auto-organização dos educandos para sua participação efetiva nos processos de gestão da escola;
 - ⇒ práticas pedagógicas preocupadas com a vivência e a reflexão sobre valores centrados no ser humano;
 - ⇒ formação para a postura e as habilidades de pesquisa;
 - ⇒ cultivo da memória coletiva do povo brasileiro e valorização especial da dimensão pedagógica da história;
 - ⇒ vínculo orgânico da escola às comunidades do campo;
 - ⇒ criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores;
 - ⇒ avaliação como um processo permanente, participativo, e que envolve todos os momentos do processo educativo.



Principais linhas de ação do Setor de Educação

1. Fortalecer a identidade Sem Terra e a pertença ao Movimento entre educandos, educadores e famílias acampadas e assentadas.
2. Fazer trabalho de base junto às famílias Sem Terra sobre a importância da educação e da escola.
3. Mobilizar as famílias, e em especial os Sem Terrinha, na luta por escolas nas áreas de assentamento e acampamento.
4. Fazer mobilizações específicas em vista da implantação de Escolas Itinerantes nos acampamentos.
5. Garantir a organização e a consolidação dos coletivos de educação: locais, regionais, estaduais e nacional.
6. Buscar qualificar a atuação das educadoras e dos educadores.
7. Realizar atividades regionais e estaduais de formação específica para as educadoras e os educadores de todas as frentes de atuação do Setor.
8. Intensificar trabalho na área da educação infantil e familiar, cultivando valores e práticas coerentes com o projeto do MST.
9. Realizar atividades específicas de mobilização e de formação com crianças, adolescentes e jovens Sem Terra.
10. Ter um plano de acompanhamento das escolas, envolvendo ações específicas com as comunidades, com educandos e educandas, e com educadores e educadoras.
11. Ter iniciativas e subsidiar o trabalho das escolas no campo da cultura e da arte.
12. Prestar atenção às necessidades especiais de educandos portadores de deficiências, às questões de gênero, sexualidade, saúde,... nas escolas.
13. Fazer campanhas de discussão e revisão do nome de escolas, acampamentos e assentamentos, como parte do cultivo da identidade Sem Terra.
14. Apropriar-se da legislação educacional que nos dá mais argumentos e possibilidades de luta pelo direito à educação.
15. Intensificar o trabalho de alfabetização e mobilizar as famílias Sem Terra para conquista deste direito.
16. Organizar cirandas infantis nos assentamentos e acampamentos.
17. Construir parques infantis alternativos nos assentamentos e acampamentos.
18. Ter em cada estado um grupo específico de educadores e educadoras para as Cirandas Infantis Itinerantes.
19. Continuar a produção e a socialização de materiais que sejam ferramentas para o avanço da Pedagogia do Movimento.
20. Garantir a memória e a sistematização das ações, das lutas e da pedagogia do MST.
21. Ampliar a realização de cursos formais de formação de educadoras e educadores, respeitando os critérios discutidos pelo MST.
22. Socializar e aprofundar a reflexão do conjunto da militância do MST sobre a Pedagogia do Movimento.
23. Fazer ações que tornem conhecida a figura humana e o ideário de lutadores do povo tais como Paulo Freire, Josué de Castro, Florestan Fernandes,



- Madre Cristina, José Martí, Zumbi dos Palmares, Sepé Tiaraju,... em nossos acampamentos e assentamentos.
24. Avançar na visão da educação como tarefa do conjunto da organização, e dimensão importante do projeto popular de Reforma Agrária e de país.
 25. Discutir nas instâncias e setores do MST como fazer das práticas de educação uma ferramenta do trabalho de base em vista da pertença das famílias acampadas e assentadas ao Movimento.
 26. Discutir formas de apoio do MST às lutas dos trabalhadores em educação.
 27. Fortalecer a luta pela Educação do Campo junto com outros movimentos e organizações da sociedade.
 28. Continuar e qualificar as parcerias com Universidades, Secretarias de Educação, Sindicatos de Professores, e outras entidades para ampliar a luta e a discussão da educação na sociedade.

Nossas principais bandeiras de luta em relação a políticas públicas

1. Escola pública, gratuita e de qualidade para todos, desde a Educação Infantil até a Universidade.
2. Direito de estudar no próprio assentamento, no próprio meio rural, com uma proposta pedagógica voltada às questões da sua realidade, e com educadores engajados neste contexto. – Todo Sem Terra estudando em sua terra! Escola do campo é no campo, não na cidade.
3. Garantia de escolas também nas áreas de ocupações ou de acampamentos, com estrutura e currículo flexível à realidade específica.
4. Escolas em condições de desenvolver também o ensino técnico e a formação profissional para atuação no campo.
5. Gestão democrática dos processos educativos pela comunidade Sem Terra e sua organização, que é o MST.
6. Recursos do Estado para iniciativas que visem devolver o direito roubado ao povo sem-terra de escolarização. Apoio especial para chegarmos a eliminar o analfabetismo nas áreas de Reforma Agrária.



Foto: Arquivo MST

7. Apoio à produção e à edição de materiais didáticos que tratem de questões de interesse de quem vive no campo.
8. Política específica para seleção e formação de professores para atuação nos assentamentos e acampamentos.
9. Valorização profissional dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação.

Escrito em abril de 2001, para o livro MST: Construindo o Caminho II.



PUBLICAÇÕES DO SETOR DE EDUCAÇÃO MST

CADERNOS DE EDUCAÇÃO

- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Como fazer a escola que queremos. (*Caderno de Educação n° 01*). São Paulo, 1992.
- _____ Alfabetização. (*Caderno de Educação n° 02*). São Paulo, 1993.
- _____ Alfabetização de jovens e adultos: como organizar. (*Caderno de Educação n° 03*). São Paulo, 1994.
- _____ Alfabetização de jovens e adultos: didática da linguagem. (*Caderno de Educação n° 04*). São Paulo, 1994.
- _____ Alfabetização de jovens e adultos: educação matemática. (*Caderno de Educação n° 05*). São Paulo, 1994.
- _____ Como fazer a escola que queremos: o planejamento. (*Caderno de Educação n° 06*). São Paulo, 1995.
- _____ Jogos e brincadeiras Infantis. (*Caderno de Educação n° 07*). São Paulo, 1996.
- _____ Princípios da educação no MST. (*Caderno de Educação n° 08*). São Paulo, 1996.
- _____ Como fazemos a escola de educação fundamental. (*Caderno de Educação n° 09*). São Paulo, 1999.
- _____ Ocupando a Bíblia. (*Caderno de Educação n 10*). São Paulo, 2000.
- _____ Educação de Jovens e Adultos: sempre é tempo de aprender. (*Caderno de Educação n 11*). São Paulo, 2003.

BOLETIM DE EDUCAÇÃO

- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Como deve ser a escola de assentamento. (*Boletim da Educação n° 01*). São Paulo, 1992.
- _____ Como trabalhar a mística do MST com as crianças. (*Boletim da Educação n° 02*). São Paulo, 1993.
- _____ Como trabalhar a comunicação nos assentamentos e acampamentos. (*Boletim da Educação n° 03*). São Paulo, 1993.
- _____ Escola, trabalho e cooperação. (*Boletim da Educação n° 04*). São Paulo, 1994.
- _____ O trabalho e a coletividade na educação. (*Boletim da Educação n° 05*). São Paulo, 1995.
- _____ O desenvolvimento da educação em Cuba. (*Boletim da Educação n 06*). São Paulo, 1995.
- _____ Educação infantil: construindo uma nova criança. (*Boletim da Educação n° 07*). São Paulo, 1997.
- _____ Pedagogia do Movimento Sem Terra: acompanhamento às escolas. (*Boletim da Educação n 08*). São Paulo, 2001.



COLEÇÃO FAZENDO HISTÓRIA

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. A comunidade dos gatos e o dono da bola. (*Coleção Fazendo História n 01*). São Paulo, 1995.

_____. Zumbi; comandante guerreiro. (*Coleção Fazendo História n 02*). São Paulo, 1995.

_____. A história de uma luta de todos. (*Coleção Fazendo História n 03*). São Paulo, 1996.

_____. Ligas Camponesas. (*Coleção Fazendo História n 04*). São Paulo, 1997.

_____. Nossa turma na luta pela terra. (*Coleção Fazendo História n 05*). São Paulo, 1998.

_____. Semente. (*Coleção Fazendo História n 06*). São Paulo, 2000.

_____. História do menino que lia o mundo. (*Coleção Fazendo História n 07*). São Paulo, 2001.

COLEÇÃO FAZENDO ESCOLA

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Escola itinerante em acampamentos do MST. (*Fazendo Escola n 01*). São Paulo, 1998.

_____. Crianças em movimento: as mobilizações infantis do MST. (*Fazendo Escola n 02*). São Paulo, 1999.

_____. Construindo o caminho numa escola de assentamento do MST. (*Fazendo Escola n 03*). São Paulo, 2000.

_____. Escola Itinerante: uma prática pedagógica em acampamentos. (*Fazendo Escola n 04*). São Paulo, 2001.

POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO

(Junto com a Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo)

KOLLING, Edgar, Nery, MOLINA, Mônica Castagna (Orgs). *Por uma educação básica do campo*. V.1. Brasília, 1999.

ARROYO, Miguel, FERNANDES, Bernardo Mançano. *Por uma educação básica do campo: a educação básica e o movimento social no campo*. V.2. Brasília, 1999.

BENJAMIN, César, CALDART, Roseli Salete. *Por uma educação básica do campo: projeto popular e escolas do campo*. V.3. Brasília, 1999.

KOLLING, Edgar Jorge, CERIOLI, Paulo Ricardo e CALDART, Roseli Salete (orgs). *Por Uma Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas*. V. 4. Brasília, 2002.

MOLINA, Mônica Castagna e JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (orgs). *Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo*. V. 5. Brasília, 2004.

CADERNOS CONCURSO NACIONAL DE REDAÇÕES E DESENHOS

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Desenhando o Brasil*. Subsídios para o 1º Concurso Nacional de redações e desenhos. São Paulo, 1999.

_____. *Desenhando o Brasil*. Resultados do 1º Concurso Nacional de redações e desenhos. São Paulo, 1999.

_____. *Feliz aniversário MST*. Subsídios para o 2º Concurso Nacional de redações e desenhos. São Paulo, 1999.

_____. *Feliz Aniversário MST*. Resultados do 2º Concurso Nacional de redações e desenhos. São Paulo, 2000.

_____. *Brasil quantos anos você tem?* Subsídios para o 3º Concurso Nacional de redações e desenhos. São Paulo, 2000.

_____. *Brasil quantos anos você tem?* Resultados do 3º Concurso Nacional de Redações e Desenhos. São Paulo, 2001.

_____. *Terra e Vida*. Resultados do 4º Concurso Nacional de Redações e Desenhos. São Paulo, 2003.

COLEÇÃO PRA SOLETRAR A LIBERDADE

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Nossos valores. (*Pra Soletrar a Liberdade o n 01*). São Paulo: MST, 2000.

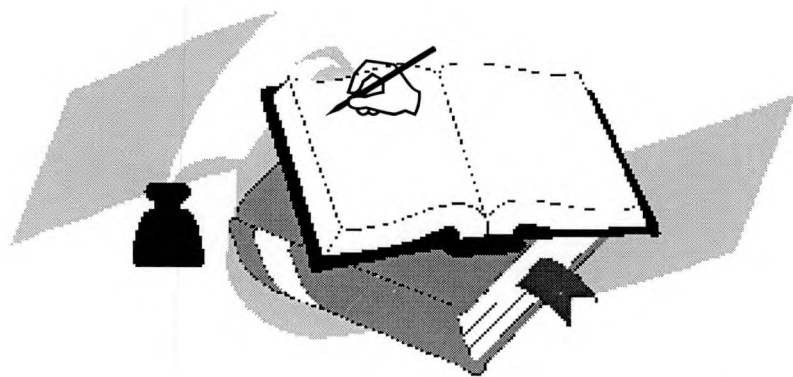
_____. *Somos Sem Terra*. (*Pra Soletrar a Liberdade n° 02*). São Paulo: MST, 2001.

AVULSO (Literatura Infantil)

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Estórias de Rosa*. São Paulo, 1998.

Prêmios recebidos pelo MST na área de Educação

- Prêmio Educação e Participação do Itaú&Unicef, “**Por uma escola de qualidade no meio rural**”, dezembro 1995, concedido pelo Unicef.
- Prêmio Alceu Amoroso Lima – “**Direitos Humanos**”, em agosto de 1999, concedido pela Fundação Alceu Amoroso Lima.
- Prêmio Pena Libertária pela “**Escola Itinerante dos Acampamentos do MST RS**”, em outubro de 1999, concedido pelo SINPRO/RS.
- Prêmio Itaú&Unicef – “**Por uma Educação Básica do Campo**”, em novembro 1999, concedido pelo Unicef.
- Prêmio Pena Libertária, “**Educação no RS 2000**”, foi concedido para a Escola Josué de Castro (hoje Instituto de Educação Josué de Castro) - do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – Iterra, em outubro de 2000.



Educação





Educação Fundamental

Foi na educação fundamental que nasceu o setor de educação do MST. Já dissemos anteriormente que as primeiras experiências do setor ocorreram organizando escola primária nos acampamentos. Estes foram os passos iniciais da Escola Itinerante, cujo germe já estava posto há 20 anos atrás.

A necessidade dos primeiros acampados era possibilitar o acesso de suas filhas e filhos à escola, e, quando esta vai surgindo aqui e ali, é que emergem as questões relativas à sua concepção e metodologia. Uma das primeiras perguntas que o Movimento formulou foi: como fazer a escola que queremos? É deste modo que o setor e o conjunto do Movimento vão se dando conta de que, tão importante quanto ter escola, era fazê-la de um novo jeito. E esse novo jeito vai sendo construído na prática cotidiana e na reflexão sobre ela.

Daquele período até hoje, aprendemos bastante. Temos muitas convicções acerca da escola que queremos e diversas experiências bonitas espalhadas por aí. Desdobramos o trabalho com crianças em diversas ações, e estamos nos aproximando dos adolescentes e da educação média com grandes desafios. O que poderemos dizer daqui a 20 anos?

A concepção de escola

O Caderno de Educação número nove “Como fazemos a escola de Educação Fundamental” (2001), traz uma sistematização de nossas experiências e idéias. Se a escola é importante para o desenvolvimento dos assentamentos, para o êxito da Reforma Agrária e um espaço privilegiado da educação/formação humana, ela não é uma estrutura isolada, separada

do MST e das pessoas com as quais se relaciona. Ela precisa comprometer-se e contribuir, desde sua especificidade, com o projeto de ser humano e de sociedade do MST. Não de forma cega, fanática, mas refletindo e problematizando suas concepções. Para isso é necessário que adentremos em sua estrutura, dando-lhe nova dinâmica e significado, já que foi historicamente moldada para reproduzir uma sociedade desigual.

Um primeiro e importante aspecto de nossas idéias sobre a escola de educação fundamental, refere-se à estrutura orgânica escolar. Buscamos exercitar a gestão coletiva, isto é, a participação organizada da comunidade assentada ou acampada, dos educadores - entendendo estes como todos os sujeitos que trabalham na escola, e dos educandos, nos rumos de seu processo educativo. Buscamos romper com aquela visão hierárquica que determina o diretor como sujeito central, seguido pelos professores e alunos. Estes considerados receptores de um saber elaborado muito distante e magicamente.



Foto: Carlos Carvalho



As comunidades que mantêm relação com a escola, em nossa concepção, portam em grande medida o projeto que será assumido por esta última. Os assentamentos e acampamentos devem participar ativamente desde a elaboração do projeto escolar, seus desdobramentos até as atividades concretas. Entre comunidade e escola é importante que exista um diálogo profundo. A escola deve auxiliar no desenvolvimento local, refletindo suas questões, ao mesmo tempo em que busca alternativas concretas.

A comunidade, por sua vez, precisa assumir a escola como sua, levando a ela os temas de seu interesse e abrindo-se para as possíveis

contribuições. A comunidade tem o direito e o dever de participar permanentemente da construção escolar, desde seus aspectos pedagógicos, econômicos, culturais e políticos.

Os educandos estão no centro do processo educativo, e é para eles que nossas ações precisam voltar-se. Não os considerando seres passivos, mas participantes tanto no sentido da construção do conhecimento, quanto da dinâmica escolar. Por isso é que a auto-organização dos educandos, constitui-se para nós num princípio educativo fundamental. Espaço e tempo próprio para discutirem autonomamente suas questões e intervirem no conjunto do processo em andamento. Entendemos como importante fator de formação estudantil, desde as tarefas práticas assumidas na escola, como limpeza, trabalho agrícola e administrativo, até as tarefas políticas e decisórias, nas quais os estudantes também precisam estar envolvidos de forma ativa.

O entendimento que temos acerca do papel dos estudantes e das comunidades, de modo algum desme-

rece ou diminui o trabalho dos educadores, lhe dá, isto sim, novo e mais ampliado significado. Acreditamos que seu comprometimento com o espaço e o projeto onde atuam, qualifica sua atuação. Seu fazer não poderá dar-se de forma isolada e estanque, mas organizada em conjunto com os demais profissionais da escola. A realidade viva dos assentamentos/acampamentos e todas as questões que os cercam, são a matéria prima do trabalho da escola, realidade que os educadores precisam captar

e tomar como ponto de partida. O saber precisa ter sentido para os estudantes, por isso a articulação e a sintonia entre os

Comunidade e escola trabalhando
e refletindo juntas
garantem melhores resultados

educadores são fundamentais, vinculando entre si as diversas áreas do saber (interdisciplinaridade), alcançando assim uma formação mais completa do ser humano. Outro aspecto da atuação dos educadores diz respeito à preocupação pedagógica necessária aos vários espaços educativos existentes na escola, e não exclusivamente com a sala de aula.

Em síntese, a estrutura orgânica de nossas escolas precisa ser organizada de forma a contemplar democraticamente a participação autônoma, mas inter-relacionada de seus atores a partir de suas diferentes posições, garantindo a construção coletiva, fundamentada e comprometida de seu projeto com o povo do campo.

O segundo aspecto que orienta nosso modo de fazer escola tem como base as várias dimensões do ser humano. Para nós, esta complexidade que nos forma precisa entrar nesta instituição educativa. Em outras palavras, a escola tradicional sempre considerou o saber científico como o mais importante, senão seu único foco de trabalho. A escola que necessitamos considera este sa-



ber fundamental, mas atua também em outras dimensões como a convivência, a arte, o trabalho, o lúdico, a estética, a política... A isto chamamos de ambiente educativo, porque criamos tempos e espaços para viver e educar esta totalidade humana. Nossa compreensão se fundamenta na idéia de que nos educamos permanentemente, e que estas dimensões se articulam para nos formar humanos. A escola, como espaço privilegiado da educação, não pode deixar de tratar aspectos tão fundamentais da formação. Deve trazê-los para dentro de si, dando-lhes um trato pedagógico no sentido desejado. Por isso, acreditamos que elas devem desenvolver a mística, os valores, as habilidades práticas e artísticas, o trabalho, o lazer, a ecologia, o planejamento, a cooperação...

O terceiro eixo articulador de nossas escolas refere-se ao trabalho, dado seu grande potencial educativo. De alguma maneira, é importante que a escola reserve tempo para que os educandos possam desenvolver atividades práticas, conforme a realidade da escola permitir, que podem variar desde a limpeza até as práticas agrícolas, administrativas e políticas. Compreendemos que o exercício do trabalho auxilia os educandos a sentirem-se parte e responsáveis pelo espaço onde convivem e estudam.

O quarto e último aspecto que queremos abordar diz respeito ao estudo. É fundamental que a classe trabalhadora se aproprie do conhecimento. Cada vez mais ele se faz fundamental na luta de classes, podendo servir como instrumento de opressão ou de libertação. Por isso, nossas escolas não podem abrir mão do acesso aos saberes e de desenvolver o gosto pelo estudo. Mas é necessário que aproximemos o conhecimento da vida dos educandos, tornando-o útil para a compreensão da realidade e para a solução dos problemas en-

frentados pelos assentamentos e acampamentos. É fundamental que a escola trabalhe em duas dimensões: de acesso ao saber já construído e da produção de novos saberes a partir da realidade do campo. É preciso também que identifiquemos outros espaços e mecanismos ricos de possibilidades de aprender, como a pesquisa, a leitura, as visitas e viagens, o trabalho, as mobilizações, o lazer, a convivência e a sala de aula. O desafio da escola consiste em organizar e refletir sobre estes momentos, tornando-os significativos.

Nossa concepção de escola foi sendo construída a partir de nosso olhar para o jeito do MST se organizar e também a partir das diversas experiências existentes nas escolas de acampamentos e assentamentos. Primeiro desenvolvemos experiências, e, da reflexão sobre elas, vamos qualificando o seu fazer-se. Por isso, podemos encontrar nas escolas que conhecemos - em algumas menos, em outras mais - aspectos que aqui apontamos. E se olharmos para o MST, também veremos muitas indicações que auxiliam na compreensão desta escola.

Nosso balanço nestes 20 anos é rico em relação à proposta que construímos, mas ainda são muitas as escolas de nossas áreas que simplesmente reproduzem um modelo que pouco contribui com as famílias Sem Terra. Neste aspecto, temos muito a avançar. Não pretendemos criar um modelo de escola para ser copiado, mas precisamos motivar novas práticas que abram as escolas para a vida em movimento. Assim, sabemos que ampliarão seu potencial pedagógico e serão verdadeiras ferramentas na formação de mulheres e homens sujeitos do processo em que vivem.

Nestes 20 anos, juntamente com a experiência de escola, o Setor de Educação construiu outras ferramentas no trabalho com crianças e adolescentes,



como o Concurso de Redação e Desenho e os Encontros Sem Terrinha. Estas atividades passam por dentro da escola, mas a extrapolam, ou então, buscam esticar o espaço de sua atuação.

Concurso de Redação e Desenho

O concurso é uma forma desenvolvida pelo Setor de Educação para se aproximar das milhares de escolas das áreas de Reforma Agrária. Ele permite agarrar um tema que está palpitando na sociedade ou no MST e levá-lo às escolas para que sejam estudados e embelezados pelas crianças. Mas, o concurso surgiu também vinculado a outro grande objetivo: motivar a expressão artística dos estudantes e educadores, uma vez que esta se constitui em importante mecanismo pedagógico e uma dimensão humana que temos muito a potencializar.

Neste ano de 2004 nos encontramos na 5ª edição do concurso, que já teve os seguintes temas:

- Ano de 1998, primeiro concurso: Desenhando o Brasil. Naquele momento fortalecíamos a discussão em torno de um projeto popular para o país. Buscando envolver as crianças, perguntamos a elas: Que Brasil queremos? Os milhares de trabalhos produzidos nos mostraram que os Sem Terrinha sabem, a seu modo, dos grandes problemas brasileiros e possuem muitas idéias para um Brasil melhor. Tudo isso expressado de belíssimas maneiras que ajudam a ver nosso país com novas cores, formas e poemas.

- A segunda edição comemorou em 1999, os 15 anos do MST com o tema: Feliz Aniversário MST! Buscamos promover um diálogo entre as diferentes gerações do Movimento, permitindo às crianças se apropriarem de sua história e significado. Suas obras constituem uma declaração de amor ao projeto de dignidade do MST.

- O terceiro Concurso de Redações e Desenhos, realizado em 2002, em plena comemoração elitista dos 500 anos de Brasil, questionava: Brasil, quantos anos você tem? O concurso buscou ser um contraponto a esta concepção, e a produção das crianças mostrou os habitantes desta terra antes da invasão portuguesa, bem como a histórica expropriação do povo brasileiro nestes 500 anos. Mas também trouxe presente a resistência popular que luta por um país melhor.

- Em 2003 realizamos o Concurso Terra e Vida. Neste momento celebramos a conquista da terra e a vida que ela nos proporciona. Os Sem Terrinha revelaram o gosto e as dificuldades de viver nela, a luta para conquistá-la, as brincadeiras que o campo possibilita, as cores, os bichos e a beleza da natureza. As crianças de assentamento e acampamento sabem daquilo que D. Pedro Casaldáliga expressou: terra é mais do que terra. Para os Sem Terrinha, terra é vida.

- Neste ano de 2004 estamos realizando o 5º Concurso: Sementes: Patrimônio da Humanidade. Queremos não apenas lutar contra as sementes transgênicas, mas também difundir as sementes crioulas, orgânicas, em sua ampla diversidade como patrimônio dos povos que precisa ser assegurado. As sementes possuem em si o potencial de gerar vida nova e nossa luta pretende ser semente fértil da nova sociedade.

Os concursos que realizamos sempre estiveram voltados para os estudantes de escolas de assentamentos e acampamentos, ou para filhos de assentados e acampados que estudam em outras escolas. A partir da segunda edição do concurso sua realização incluiu ainda os estudantes da Educação de Jovens e Adultos do MST, e, também naquele ano, contamos com outras modalidades artísticas além de redações e desenhos, como as artes plásticas e esculturas.



Encontros Sem Terrinha

As crianças são parte da luta e do MST. Não porque se queira ou por ser bonito, mas pela necessidade que empurra famílias inteiras para os acampamentos. As crianças estão presentes desde o nascimento do MST e ao longo de toda sua história. Junto com suas mães e pais ocupam o latifúndio, permanecem acampadas por longos anos, marcham, lutam por escola e trabalho, nascem e crescem em meio aos barracos de lona preta e comemoram a vitória do assentamento.

É em meio à dureza e à esperança dos acampamentos que vivem sua infância. Brincam, cantam, brigam, sonham... A seu modo, as crianças compõem o MST, nos trazendo a dimensão do futuro, alegria, beleza e espontaneidade e gratuidade. É deste modo que se desenvolvem sujeitos da luta.

As mobilizações infantis ou os Encontros Sem Terrinha são um momento de quem passa a infância em movimento. É neste processo que constroem sua identidade e dele que emerge o nome Sem Terrinha, como quem afirma que, mesmo pequenos somos parte deste povo que luta pela terra. Esta denominação surgiu por iniciativa das próprias crianças que participavam do Encontro das Crianças Sem Terra no Estado de São Paulo, no ano de 1997. Como já havia a construção de uma identidade em comum, o nome rapidamente se espalhou para o país inteiro.

O Caderno das Mobilizações Infantis no MST registra que “em alguns Estados, aconteceram mobilizações infantis de caráter mais reivindicatório e em nível municipal, de forma que há poucos registros disponíveis das datas e locais. Sabe-se, porém, que as crianças participaram de forma organizada da luta por escolas e professores, ou por alimentação para o acampamento” (1999. p. 33).

A primeira mobilização infantil organizada pelo MST ocorreu no ano de 1994 no Rio Grande do Sul. Na época chamava-se Congresso Infantil do MST. Depois disso, os encontros espalharam-se pelo país afora, passando a se chamar Encontro Sem Terrinha. Atualmente, estes encontros acontecem em nível estadual, regional ou municipal, onde as crianças discutem e se mobilizam para conquistarem seus direitos. Esses encontros têm sido espaço importante para discutir e viver a infância Sem Terra. Por isso, estão recheados de brincadeiras, cantos, arte, cores, que se misturam ao estudo e à luta.



Foto: Arquivo MST



Adolescentes

Se de um lado temos uma bonita caminhada junto à infância, de outro, estamos dando os primeiros passos com a adolescência. No ano de 2003, iniciamos uma parceria com o Unicef - Fundo das Nações Unidas para a Infância, que visava um levantamento de alternativas para a escolarização de adolescentes do campo.² Identificamos que, não apenas muitos se encontram fora da escola, como esta instituição precisa abrir-se para o modo de ser da adolescência. Por isso, em 2004, estamos realizando em onze estados do Brasil, uma aproximação com estes sujeitos, buscando compreender melhor algumas questões: Como é a adolescência que vive no campo? Como é a adolescência Sem Terra? Quais são suas necessidades e expectativas? Como qualificar a relação entre os adolescentes e a escola? Nossa caminhada nesta área está apenas começando, mas sabemos que ela vai amadurecer junto com os seus sujeitos.

Mostras desse amadurecimento são os convênios assinados junto ao

Unicef nos anos de 2003 e 2004. O primeiro tinha como objetivo o estudo de práticas educativas inovadoras para a escolarização do adolescente do campo. Este segundo propõe três ações: mobilização, inclusão e sistematização. Com isso o que queremos é conseguir constituir uma metodologia de trabalho que possa ser aplicada à educação de adolescentes do campo, além de impulsionar nossa luta por escolas.

Como resultados desse processo de amadurecimento, algumas ações específicas para esta faixa etária começam a surgir, como os encontros de adolescentes, realizados em alguns estados. Estes encontros buscam consolidar-se como espaço próprio para a adolescência, onde possamos construir referências para a relação entre os adolescentes, o campo e o MST. É importante considerar também as inúmeras atividades com os adolescentes desenvolvidas isoladamente nos assentamentos, acampamentos e escolas, experiências que precisam ser refletidas e socializadas para o conjunto de nossa organização.

Educação Média

A existência de escolas de ensino médio em áreas de assentamento é muito recente. Demoramos muito para compreender que temos direito a este nível de ensino no próprio campo. Ainda são pouquíssimas, cerca de 25, mas já nos permitem enxergar este horizonte. Nesse sentido, um desafio fundamental é o de assegurar escolas deste nível de ensino no próprio campo e comprometida com seu desenvolvimento e o de sua população. Um segundo aspecto é o de possibilitar acesso ao ensino médio nas escolas próximas, onde não há condições de tê-las nos assentamentos. A preocu-

pação com esses educandos passa a existir porque muitos de nossos jovens param de estudar ao concluírem o ensino fundamental, ou, para continuarem estudando vão morar nas cidades. Valorizamos a educação como um direito, por isso não queremos que esses adolescentes e jovens sejam obrigados a parar de estudar, ou saiam do campo para se formar. Queremos que eles tenham condições de estudar no campo e possam, no campo, praticar os conhecimentos que acumularam.

Junto ao ensino médio aparece a possibilidade de profissionalização dos

² Os resultados deste levantamento foram publicados em: Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. Alternativas de escolarização dos adolescentes em assentamentos e acampamentos do MST. (*Cadernos do Iterra n 08*). Veranópolis, 2003.



jovens. E este se constitui em outro desafio que temos: discutir se nos interessam, quais e como seriam os cursos técnicos que necessitamos. Os cursos profissionalizantes que temos acesso ainda não se constituem em política pública de educação do campo. São de caráter regional, estadual e alguns nacionais, mas

eles precisam ser infinitamente multiplicados para darem conta de capacitar todos os nossos jovens. Devemos, portanto, pensar com mais carinho na criação de escolas técnicas em diferentes áreas do saber, localizadas em nossos assentamentos ou que atendam à juventude Sem Terra.

A escola em movimento

No início da luta pela terra, década de 80, nos acampamentos dos sem terra sempre havia o interesse de que as crianças pudessem estudar e ter escola. Depois de alguns dias de uma ocupação, apareciam os voluntários. Uns já haviam dado catequese, outros aula em alguma escola municipal, tinha ainda os que gostavam de crianças. Tudo começou na Encruzilhada Natalino e em seguida na Fazenda Anoni. Ali eram muitas as crianças que ficavam desocupadas, enquanto os pais tinham sua organização, reuniões e tarefas. O que fazer com tantas crianças um dia inteiro, um mês, um ano, dois anos de ocupação?

A Itinerante no RS e sua história

O MST é um Movimento Social que luta pela Terra e dignidade, no qual a educação sempre esteve entrelaçada na sua construção. Desde o início da retomada da luta pela terra, em 1979, marcada pelas ocupações realizadas, principalmente no sul do país, surgem as primeiras preocupações com as crianças acampadas. Durante um longo período de aproximadamente 10 anos de luta do movimento organizado no Rio Grande do Sul, as crianças que acompanhavam seus pais e mães nos acampamentos não tinham o reconhecimento legal das aulas que lá recebiam. Sendo assim, foi assu-

mido como uma bandeira de luta, a conquista da escola legalizada, como direito institucional a educação pública, gratuita e de qualidade.

No ano de 1995, foi realizado, no estado do Rio Grande do Sul, o II Congresso Infanto-Juvenil do MST, que entre vários temas estudou o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. Este estudo fomentou o debate que resultou na proposta de lutar para a legalização das escolas dos acampamentos. E na mesma oportunidade, esta proposta foi levada à Secretaria Estadual de Educação, através de uma manifestação coletiva das crianças acampadas, que resultou em uma negociação que abriu caminhos para a possibilidade da criação legal da escola de acampamento, em seguida chamada de Escola Itinerante.

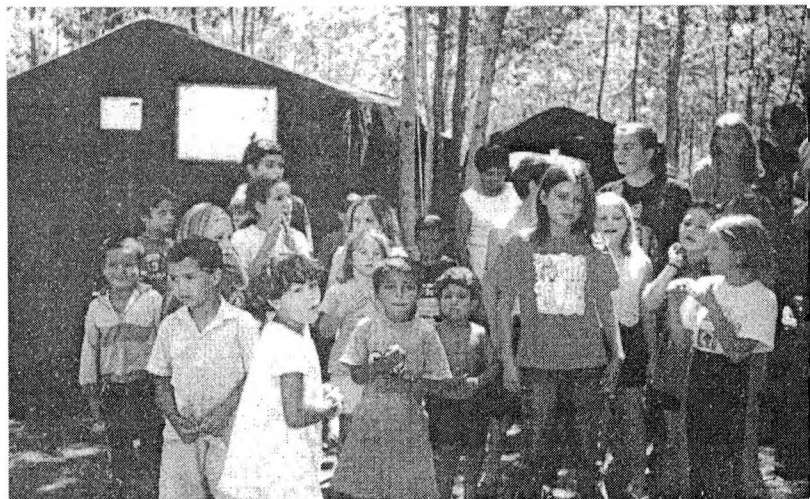


Foto: Arquivo MST



O passo seguinte foi a elaboração da proposta pedagógica para a legalização desta escola, ação que se deu entre o Setor Estadual de Educação do MST e a Secretaria de Estado da Educação. Após um longo processo de discussão/elaboração, esta proposta foi submetida ao Conselho Estadual de Educação, que depois de estudá-la cuidadosamente, realizou visitas aos acampamentos com o objetivo de constatar como era este trabalho com as crianças e os adolescentes, e de que forma a escola, a educação vinha sendo desenvolvida nas condições de acampamento.

Em 19 de novembro de 1996, após um longo debate, em sessão plenária deste conselho, a proposta foi colocada em votação. Ao tomar conhecimento disso, o Setor Estadual de Educação do MST e a direção dos acampamentos, organizou um grupo de 70 crianças e adolescentes, acompanhados por educadores e pais, dos Acampamentos Palmeirão e Júlio de Castilhos, para virem a Porto Alegre e participar do momento dessa votação. A proposta foi legalmente aprovada por unanimidade, sob o Parecer nº 1313/96 como “Experiência Pedagógica” de Escola Itinerante, a vigorar por dois anos.

A partir de então, iniciou-se um processo de articulação entre Secretaria de Estado da Educação, Setor Estadual de Educação do MST e Escola Estadual de Ensino Fundamental Nova Sociedade, denominada “Escola Base”, no município de Nova Santa Rita, pertencente à 27ª Coordenadoria Regional de Canoas - RS que dá suporte legal à vida escolar de educadores/as e educandos/as dos acampamentos, para dar conta das estruturas básicas das Escolas Itinerantes e o desenvolvimento de sua proposta pedagógica.

Esta proposta é fundamentada nos princípios filosóficos e pedagógicos do Movimento Sem Terra, baseada nas teorias e experiências discutidas no âmbito do MST adaptando-se às necessida-

des concretas das famílias acampadas (sobre os princípios ver Coleção Fazendo Escola nº 1: Escola Itinerante em Acampamentos do MST, Setor de Educação do MST, 1998 e nº 4: Escola Itinerante uma prática pedagógica em acampamentos, Setor de Educação do MST, 2001).

Antes, mesmo sem legalização e hoje, a Escola Itinerante atende às necessidades específicas de crianças e adolescentes de todos os acampamentos do MST. O número de escolas depende do número de acampamentos. E é Itinerante porque acompanha o acampamento nas ocupações, marchas e caminhadas. As aulas acontecem em todos os momentos e lugares, pois os educadores atuam em conjunto com a organização dos mesmos, desafiados permanentemente pelas mais inusitadas situações que encontram na itinerância e que os provoca a criatividade e espírito de sacrifício, pois nem sempre as condições estão dadas para o desenvolvimento das aulas.

Este trabalho, sem dúvida, é desafiador. A gratificação vem aos poucos, quando se percebe o avanço, a superação das dificuldades, a solidariedade que vai crescendo entre o grande coletivo que busca entender que aquela situação de vida é importante para a conquista de outras dignidades.

Novos frutos, a itinerante no Paraná

A proposta da Escola Itinerante começa a gerar novos frutos. O estado do Paraná, através do parecer no 1012/03 aprovado em 08/12/2003, autorizou a implantação das escolas itinerantes. Assim como aconteceu com o Rio Grande do Sul essa aprovação primeira deu-se sob regime de experiência, a ser colocada em prática durante dois anos.

A “Escola Base” do estado do Paraná é o Colégio Estadual Iraci Salete Strozak, localizado no Assentamento



Marcos Freire em Rio Bonito do Iguaçu. Essa escola, como fica claro em seu nome, possui uma história ligada ao Movimento, desde sua criação. No início era uma escola de assentamento, o que já caracterizava uma vitória, pois foi devido à ação dos Sem Terra que surgiu. Hoje, tornou-se mais importante, pois sendo a Escola Base passa a administrar as diversas escolas que acompanham suas educandas e seus educandos nos acampamentos e nas caminhadas pelo Paraná.

No estado, há hoje seis escolas itinerantes em funcionamento espalhadas por cinco municípios, Quedas do Iguaçu, onde há duas escolas itinerantes, Cascavel, Espigão Alto do Iguaçu, General Carneiro e Planaltina. Atualmente, as seis escolas possibilitam a escolarização de 1821 educandos formalmente matriculados.

Evidentemente, essa é a concretização de uma conquista para muitos educandos e educadores, que agora também começa a virar realidade em estados como Santa Catarina, e esperamos que em muitos mais.

Por que Itinerante?

“Escola Itinerante” foi o nome escolhido, por significar que esta escola acompanha o itinerário do acampamento até o momento em que as famílias acampadas chegam à conquista da terra, ao assentamento.

O nome “Itinerante” significa também uma postura pedagógica de caminhar junto com os Sem Terra, o que sinaliza um grande avanço no sentido de afinidade entre os processos formais de escolarização e as vivências e práticas educativas de um movimento social organizado, como o MST.

Hoje, quando se fala em “Itinerante” entre os Sem Terra, sejam adultos ou crianças, todos já sabem do que se trata. É a nossa escola. É a escola do acampamento, pensada e organizada, em seguida a cada nova ocupação de terra.

Uma escola com objetivos claros

Os objetivos da Escola Itinerante não são diferentes dos objetivos do próprio Setor de Educação. Ela é mais uma forma de garantir o direito à educação de qualidade a crianças, adolescentes, jovens e adultos das comunidades acampadas através de uma metodologia diferenciada, que desenvolve ações pedagógicas diversificadas e prazerosas a partir dos interesses, necessidades e níveis de conhecimento desses educandos.

Com a Itinerante cria-se novas oportunidades aos educandos e às educandas. É um espaço para constituírem-se sujeitos capazes de compreender e interpretar o processo histórico vivenciado, buscando a transformação da realidade. Despertando a consciência organizativa e o espírito de liderança das crianças, adolescentes, educadores e comunidade acampada, com clareza política para o exercício da cidadania.

Nela cultivam-se os valores do campo, participando da dinâmica do acampamento, adaptando-se à vida em movimento do MST.

O cotidiano de uma escola diferente

A escola itinerante é organizada pelo Setor de Educação e seu currículo possibilita a apreensão de conteúdos conforme o tempo de aprendizado de cada educando. Esses conteúdos são construídos no processo pedagógico, agregando conhecimento científico à realidade concreta, e respeitando o tempo e os saberes de cada educando.

Essa escola está presente na vida de seus educandos 365 dias por ano e seu período letivo é estipulado a partir de um compromisso assumido por educadores, educandos, comunidade do acampamento, secretaria de educação e Setor de Educação do MST.



A escola itinerante é uma escola de tempo integral em que os estudantes têm aula em um turno e no outro participam de oficinas pedagógicas com o objetivo de ampliar sua formação e desenvolver habilidades e expressões culturais que complementam o processo de ensino aprendizagem. As oficinas são dinamizadas e assumidas pelos monitores, pais e pessoas da comunidade.

A avaliação ocorre de forma participativa e contínua. Através do acompanhamento do processo de construção do conhecimento dos educandos passa-se a conhecer os critérios de avaliação estabelecidos pelos educadores em cada etapa, assim como pela equipe da escola-base.

A escola itinerante traz um método que desde os primeiros momentos de discussão pela Reforma Agrária se construiu para incluir as crianças do campo na escola. Seu projeto educacional foi baseado nos princípios de uma educação libertadora, inspirada em Paulo Freire, que valoriza o ser humano e a realidade por ele vivida.

Dessa forma a escola itinerante concretiza-se como um espaço de afirmação das identidades do sujeito do campo. Ela se firma como uma política pública na medida em que é constituída pelo povo em luta pelos seus direitos. Com esta escola não há necessidade de parar de estudar porque se está lutando; ela está onde os educandos estão; onde o povo está.

Sempre é tempo de aprender!

Educação de Jovens e Adultos

O trabalho com Educação de Jovens e Adultos está baseado na convicção de que todas as pessoas têm direito de aprender, independente de idade ou de classe social, e também devem ter acesso à escolarização. Além disso, entendemos ser importante a

implementação em EJA da pedagogia do Movimento.

O analfabetismo tem se tornado uma cerca que historicamente separa o homem e a mulher do campo do conhecimento produzido pela humanidade, se tornando um dos fatores que os fazem reféns das políticas compensatórias produzidas pela elite, reproduzindo assim o sistema de dominação. O MST vem assumindo um compromisso social com o povo do campo, lutando por políticas públicas, ao mesmo tempo em que já afirma algumas iniciativas concretas de alfabetização, materializadas nas turmas organizadas de EJA nos acampamentos e assentamentos.

Os principais objetivos do MST com o trabalho de EJA são:

a) Superar a exclusão de ser analfabeto e tornar acampamentos e assentamentos territórios livres do analfabetismo.



Foto: Arquivo MST



b) Lutar por políticas públicas de EJA, que se estendam da alfabetização ao ensino superior.

c) Superar o analfabetismo para se criar condições de enfrentar os desafios políticos e organizativos colocados para o MST.

d) Implementar em EJA a pedagogia do MST, como uma referência, e se pensar o desenvolvimento de uma educação do campo.

e) Fortalecer a organicidade do MST por meio da EJA e em especial da alfabetização.

Na busca da concretização desses objetivos aprendeu-se que todas as pessoas têm saberes, conhecem coisas, mas o MST entende que seus membros têm o dever de se alfabetizar. Por isso uma de suas grandes motivações é que “sempre é tempo de aprender”. Os militantes buscam romper com o conformismo do analfabetismo, por isso a EJA está presente em todas as ações do Movimento, formais e não formais.

A EJA, em nossa concepção, é parte integrante da educação popular do campo, deve estar vinculada à formação humana dessas pessoas, emergindo do cotidiano e respondendo questões por ele colocadas, na busca da transformação da realidade. Pois é a partir da necessidade, que as pessoas se interessam em aprender. Sabe-se também que o conhecimento novo não se constrói sem uma interação com algo consolidado anteriormente, daí a impossibilidade de se aprender fora da cultura.

Por isso o trabalho com jovens e adultos do MST tem encarado os seguintes desafios: fazer diagnóstico da realidade e organizá-lo em vivência geradora; respeitar o jeito de aprender de cada um; consolidar condutas e posturas; diversificar didáticas; organizar ambientes alfabetizadores e produzir ambientes educativos.

A alfabetização é apenas o primeiro passo da Educação de Jovens e Adultos. Essa educação não precisa acontecer apenas na escola, mas é também por esse espaço que o Movimento tem lutado. O objetivo é que com ela os educandos apropriem-se de suas histórias e tornem-se sujeitos, que tanto conheçam sua realidade social, quanto tenham consciência de que podem transformá-la.

Esses princípios metodológicos e pedagógicos se desdobram em elementos organizativos que foram sendo desenvolvidos em 20 anos de prática e orientam o trabalho do educador em seu cotidiano de ensino. Assim tudo se inicia e retorna no final ao trabalho de base, que pode ser descrito da seguinte forma:

Organização da turma.

Escolha e formação dos educadores.

Organização do espaço educativo pelo assentamento/acampamento.

Acompanhamento aos coletivos de educadores e às turmas.

Os educadores de EJA devem ainda estar atentos, ao formar suas turmas, à socialização e à heterogeneidade dos educandos, à prática de fazer diagnósticos permanentes, de garantir o planejamento das atividades, de registrar o processo educativo, de ter método de acompanhamento desse processo, fazendo avaliação processual permanente e garantindo a organização interna das turmas vinculadas à organização da EJA na região e no estado.

O trabalho de EJA perpassa toda a organização do MST, portanto todas as instâncias e todos os setores têm o papel de animá-la e organizá-la em nossas bases. No entanto o que torna toda essa luta mais rica é que a pensamos não só para a ação do Movimento. Ela pode servir de referência e contribuição também para outros movimentos sociais do campo.



A EJA a caminho de políticas públicas

Durante muitos anos os militantes do MST carregando a bandeira da Educação de Jovens e Adultos foram forjando conquistas na direção da elaboração de políticas públicas que atendessem as demandas e especificidades da população do campo. Esta caminhada teve seu primeiro passo dado na Campanha de Educação de Jovens e Adultos, realizada no Rio Grande do Sul em 1991, e que teve seu lançamento no assentamento Conquista da Fronteira, Bagé, com a presença do educador Paulo Freire. Este foi um convênio entre o MST, o MEC e o Instituto Cultural São Francisco de Assis.

Depois de um longo período marcado por iniciativas isoladas, em 1995 foi feita a primeira parceria com a Universidade Federal de Sergipe (UFSE) para se trabalhar EJA nos acampamentos e assentamentos do estado.

Uma nova conquista se deu no Paraná, onde conseguimos elaborar um convênio com a Secretaria de Educação do Estado. Foram 100 turmas organizadas e formadas por 100 trabalhadores/as rurais que se tornaram educadores de seus próprios companheiros Sem Terra.

Em 1996, outro convênio é assinado, agora, entre MST, MEC e Unesco. Desta vez foram envolvidos 18 estados, 550 turmas e 8.000 educandos.

No ano seguinte, o MST do estado do Ceará conquistou 250 turmas que puderam atender 5.550 educandos, junto à Secretaria Estadual de Educação. Esse passo foi dado a partir de um acampamento organizado em frente à Secretaria de Agricultura, que durou 17 dias. Até então essa tinha sido a maior conquista, em âmbito estadual, realizada pelo MST.

Em julho de 1997 foi organizado o I Enera – Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária. Nesse encontro as experiências de EJA

tiveram destaque e com base na trajetória de luta e nas dificuldades enfrentadas foi possível apresentar às universidades presentes nossas reflexões e desafios em relação ao trabalho de EJA. Durante este Encontro, foi feita uma reunião entre o Coletivo Nacional de Educação do MST e representantes de sete universidades (UnB, UFSE, UFCE, UFRS, Unesp, Unijuí e Unisinos). Esse diálogo acabou originando em 1998, na parceria entre Movimentos Sociais, Universidades e Governo Federal, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera. Esse programa representou uma grande conquista para a perspectiva do apoio público ao trabalho de EJA nos assentamentos, e continua até os dias de hoje.

O projeto “Brasil Alfabetizado” foi a conquista mais recente. Nasceu do sonho de ver todos os brasileiros lendo e escrevendo. O projeto é do Ministério da Educação. Mas o sonho também é do MST, que firmou convênio com o MEC para desenvolver esse projeto em 23 estados, durante o ano de 2003. O trabalho alfabetizou 28.556 pessoas, em 1.870 turmas, além de promover a capacitação de 1.820 educadores. Foi a primeira vez que o MST proporcionou uma iniciação aos estudos para tantas pessoas, de uma só vez. Este trabalho foi retomado em 2004.

Sabemos que mesmo tendo percorrido todo esse caminho, ainda há muitos passos a serem dados. Mas é importante ressaltar o valor desta jornada para a conquista de políticas públicas. Sem dúvida no decorrer de todos esses anos o MST fez com que o campo fosse visto, pensado e valorizado. Todos os convênios além de formarem os educandos, envolveram a capacitação dos educadores para o desenvolvimento de atividades que relacionassem os conhecimentos vivenciados no dia-a-dia. Com isso sujeitos do campo puderam ser educados a partir de sua própria realidade, trocando conhecimentos com seus iguais.



Aprender brincando. Na ciranda isso é possível.

Educação Infantil

Nas sombras das árvores, em meio às folhas, de diferentes texturas e aos lápis de várias cores, crianças, de zero a seis anos, começam a perceber seu mundo e interagir com ele. Sentadas ou dançando em roda as crianças da “Ciranda Infantil” aprendem a amar a terra e a viver felizes no campo. O Setor de Educação considera a criança como um sujeito de direitos. Inova ao criar a frente de Educação Infantil - EI. Uma frente que se preocupa com a vivência da infância e, pensando nas características desse período da vida, oferece uma educação que lhe seja adequada. Assim, a Educação Infantil proporciona à criança a percepção de que ela é um sujeito de sua educação e de sua história. Um sujeito não do vir a ser, pois já é parte do Movimento.

Essa forma de ver a infância é o grande passo à frente dado pelo Setor de Educação. Considerar o ser humano como sujeito desde o momento que ele nasce rompe com uma visão política tradicional. No entanto, essa noção ainda precisa ser mais trabalhada, mesmo dentro do Movimento. A questão da Educação Infantil é complexa para toda a sociedade, que acredita que ela é menos importante que as demais. Parece complicado dizer para as pessoas que um bebê de colo está participando da história e mudando a história. Que já é militante, embora não grite palavras de ordem. A idéia é que a medida em que estão com seus pais as crianças participam do Movimento, e dão sua contribuição ao integrar a caminhada de sua comunidade.

A Educação Infantil é mais que a ciranda. Como a educação é mais que escola. Mas é na ciranda que se exercita toda a prática pedagógica pensada para as crianças.



Foto: Carmem Castro

Abre a roda

O trabalho com as crianças sempre existiu desde o início do movimento, nas cooperativas, nos assentamentos e nos acampamentos. Era feito pelo rodízio das mães. Cada dia uma cuidava do grupo de crianças. Até então, predominava o conceito de que a criança era responsabilidade apenas da mulher. No entanto, surgiu um problema quando militantes e coordenadoras começaram a se tornar mães. Cuidar de seus filhos impedia que fizessem viagens, inviabilizando seu trabalho. Foi a partir desse momento que se começou a pensar a Educação Infantil de modo mais sério dentro do setor.

Então, a cada encontro organizado, montava-se uma “creche itinerante”, que logo recebeu outro nome, para dar conta de explicar uma ação educativa que também era diferenciada. Alguns militantes chegaram a ir a Cuba para conhecer os “Círculos infantis”. Mas num



processo de maturação e nacionalização, juntou-se a idéia de círculo com algo da cultura brasileira. Dessa mistura nasceu a ciranda.

A medida em que se dedicou maior atenção à Educação Infantil, novos desafios foram surgindo como: a formação de educadores, a formação familiar e a questão do trabalho infantil. Era preciso ter uma outra concepção de trabalho, como um ato de transformação do meio e, não, como aprisionamento.

Uma das prioridades da frente de Educação Infantil é a conquista de políticas públicas que praticamente não existem, pois ela não é entendida como obrigação do Estado. Situação que se complica no campo. No futuro, a intenção é ter espaços de Educação Infantil, financiados pelos municípios, nos acampamentos e assentamentos. Seria a implementação do que no sistema público já existe com os nomes de creche, atendendo crianças de zero a três anos, e de pré-escola, para as de três a seis anos.

Existem algumas experiências em que a escola deu abrigo à Ciranda, nos estados de São Paulo e do Rio Grande

do Sul, mas são iniciativas incipientes, se pensadas no conjunto do Movimento. O que tem ocorrido é um avanço ditado de acordo com as realidades de cada local: ora são projetos, ora são iniciativas de alguns educadores.

Atendendo mãe e filho

Levar avante a Educação Infantil esbarra em questões arraigadas em nossa sociedade, que ainda acha que filho é responsabilidade exclusiva da mãe. A frente tem trabalhado junto com as mulheres e suas famílias para mudar essa concepção, ampliando a tarefa do cuidar para o companheiro dela, para a comunidade e para o Movimento. As mulheres criadas dentro dessa tradição, mesmo quando aceitam dividir sua tarefa ficam angustiadas. Sentem como se não fossem boas mães, por não estar o tempo todo com seus filhos. Esse trabalho pretende também dar apoio às mulheres que encaram a maternidade, para que não se sintam sozinhas nesse desafio.

Por outro lado, a Educação Infantil enfrenta a resistência de pais e mães, que acreditam que reproduzir a forma como foram educados é a melhor para conduzir seus filhos a maturidade.

A trajetória percorrida pela frente, desde 1996, fez com que se migrasse de um atendimento que priorizava as mães, no início, para um atendimento que hoje se preocupa mais com a criança. A família continua sendo assistida, mas de forma complementar. Esse está sendo o processo de construção. A frente está crescendo como seus educandos. Ainda não possui coordenadores em todos os estados, situação que vai se agravando conforme se pensa as regiões ou o nível local.



Foto: Arquivo MST



O trabalho com as crianças

Nas cirandas é estimulado o aprendizado da criatividade e da cooperação, por meio de diversas estratégias pedagógicas. Um exemplo de atividade pedagógica que desenvolve autonomia e cooperação é o desenho coletivo. Nele a criança deve observar a ação do outro para planejar a sua própria, a partir de suas escolhas. O estar brincando junto também desenvolve a cooperação, pois o simples fato de ter de emprestar um brinquedo para o amigo é um exercício para que a criança se torne menos egocêntrica. Além disso, a prática de ouvir e dançar a ciranda faz a criança desenvolver habilidades para viver melhor em grupo.

A dimensão artística tem sido um elemento importante nessa formação, porque ela trabalha os sentidos, como tato, olfato, paladar, visão e audição. Um exemplo disso é o trabalho com crianças de zero a três anos. Para desenvolver o tato coloca-se a criança em contato com gravetos, pedras, terra e folhas para ela desde pequena identifique esses elementos. Ouvir o barulho do rio, o canto dos pássaros e a voz de seus pais faz a criança se familiarizar com o que está a seu redor. Os sentidos começam a ser estimulados na própria vivência no Movimento, ampliando a percepção de mundo da criança. A Educação Infantil mexe com a essência do ser humano, trabalha com os sentidos.

Isso tudo porque essa não é uma Educação Infantil qualquer, ela é uma Educação Infantil do campo, que respeita os elementos da natureza, que prepara a criança para viver com ela.

Essa educação muda, respeitando os ciclos da comunidade. Assim se é tempo de colheita, a ciranda atende das 5 da manhã até as 6 da tarde. A agen-

da da criança muda de acordo com os tempos da família. E é por influenciar a vida da família e por ser influenciada pela da comunidade que se entende a criança como um sujeito nessa história. Ela tem que ter seu espaço assegurado, sendo responsabilidade de todo o Movimento.

Cursos de formação

Cerca de 500 educadores já foram capacitados para trabalhar com as crianças pelos cursos organizados pela frente de Educação Infantil. Os cursos de formação de Coordenadores de Educação Infantil são compostos por tempo presencial e tempo comunidade. Nos presenciais são debatidos com assessores temas como “criança e meio ambiente”, “criança e brinquedo”, dentre outros. Na comunidade os educadores em formação podem aplicar o que aprenderam e melhorar suas práticas.

O que tem sido produzido de novo nesses cursos, é a possibilidade de articulação de diversas linguagens, da criança como um ser que vem para a ciranda com seus saberes. Não, como um livro em branco em que se pode imprimir qualquer coisa. Ela já é um sujeito.

A idéia principal é ampliar os horizontes desses educadores para que haja maior respeito à diversidade, para que se tenham mais elementos para discussão. Além disso, os cursos são importantes para que se incentive a organização de encontros regionais e estaduais. Ou mesmo para a participação de educadores em fóruns de Educação Infantil, espaços em que acontece a troca de experiências e saberes.



Formação de educadores nos cursos formais

O Setor de Educação tem como uma de suas principais preocupações a formação de seus educadores. Mas foi em 1990, que no Rio Grande do Sul, se conseguiu regularizar o primeiro curso de Magistério do MST, por meio do apoio da Fundep – Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa. Esse foi um marco importante, pois iniciou a tomada de um espaço novo: a capacitação formal de educadores.

As primeiras turmas de Magistério do MST/Fundep foram de caráter estadual. Após 1994, com a formatura da quarta turma de magistério esses cursos passam a atender a região centro-sul e em 1997 inicia a primeira turma nacional de magistério. Esse curso foi realizado na sede do Iterra – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária, em Veranópolis, RS de 1997 a 1999. A partir da sétima turma de magistério o IEJC/Iterra – Instituto de Educação Josué de Castro – passa a realizar novamente turmas regionais, pois outras escolas foram conquistadas, com a possibilidade das pessoas estudarem muito mais próximas de onde moravam, a exemplo disso se forma em 1995 a turma regional no Espírito Santo e em 1999, turma regional na Paraíba.

No entanto a luta não para por aí. Havia mais por ser conquistado. A primeira turma de Pedagogia foi realizada em 1998, no Rio Grande do Sul, com educandos de todo o Brasil. Essa bandeira também ganhou campo em outros estados o que fez com que as turmas seguintes, a partir de 1999, tivessem um caráter regional, mas sempre envolvendo mais de um estado.

A primeira experiência de curso magistério teve como objetivo básico a formação profissional e titulação de educadores para as escolas de assentamento. O próprio processo pedagógico do curso, as

novas demandas do setor, e o avanço da discussão sobre formação no conjunto do MST, levaram a uma progressiva ampliação desses objetivos iniciais. Ganha a importância a combinação entre formação profissional de educadores e formação de militantes do setor e do movimento. Além disso, há a ampliação do próprio conceito de formação de educadores que passam a ser entendidos como todos as pessoas envolvidas com educação, dentro ou fora de escolas formais: professores de escola, educadores de EJA, educadores das cirandas infantis, coordenadores do trabalho de educação em âmbito local, regional, estadual e nacional e formadores em geral.

Por conta de proporcionar o encontro de todas essas pessoas, os cursos do setor têm sido espaço privilegiado de reflexão e de formulação do projeto de educação do MST, especialmente quando se formam turmas nacionais. E o conjunto das experiências destes cursos fornece boa matéria-prima para reflexão sobre formação de educadores, inclusive para partilha no debate de políticas públicas no âmbito da educação do campo.

Também deve ser considerado como dado importante para um balanço dessa trajetória a significativa presença de educandos dos cursos formais nas tarefas de comando do Setor de Educação e em diversas instâncias do MST, bem como o avanço de elaboração e na capacidade de intervenção política e pedagógica dos membros do coletivo nacional e dos coletivos estaduais de educação.

Evidentemente, muito ainda há por fazer, mas nesse momento de aniversário é bom olhar para trás e ver o quanto se caminhou. É importante destacar o aumento do número de turmas e de estudantes e regionalização do aces-



so aos cursos. Além disso, a ênfase na troca de experiências e a própria circulação de informações entre os estados, permitindo mais qualidade na interlocução com as universidades e outras parcerias, garantindo do projeto a implementação do curso uma melhoria. A realização de parcerias e a construção de alternativas de escolas de educação média organicamente vinculadas ao MST, também fo-

ram conquistas que merecem destaque. Todas essas ações conduziram a um aprofundamento da reflexão sobre as diferentes dimensões dos processos de formação, que levou à produção de material didático, em destaque o Caderno do Iterra nº 6 com o registro das experiências do curso Pedagogia da Terra, feito pelas equipes pedagógicas e educandos de cada local.

Dados Cursos Formais*

Cursos já concluídos

Magistério/Normal de Nível Médio

- a) Fundep/Itterra: 8 turmas.
- b) ES: 2 turmas.
- c) SE: parceria UFSE, 2 turmas.
- d) PB: parceria UFPB, 1 turma.
- e) MS: parceria SE de Estado do MS, 1 turma.
- f) BA: parceria UNEB, 1 turma.
- g) PA: parceria UFPA e FETAGRI, 1 turma.

Pedagogia da Terra

- a) RS: parceria UNIJUÍ, 1 turma nacional concluída em 2001.
- b) ES: parceria UFES, 1 turma concluída em junho de 2002.
- c) MT: parceria UNEMAT, 1 turma concluída em junho de 2003.

Total aproximado de estudantes formados: 750

Cursos em andamento

Magistério / Normal Médio

- a) MA: 2 turmas, parceria UFMA.
- b) Iterra/IEJC: 2 turmas.
- c) PE: 2 turmas, parceria UPE, iniciadas em 2004.
- d) PI: 2 turmas, parceria SE Estado do PI, iniciada em 2004.
- e) RN: 2 turmas, parceria UFRN, iniciada em 2004.

Pedagogia da Terra

- a) PA: parceria UFPA, 1 turma.
- b) RN: parceria UFRN, 1 turma.
- c) ES: parceria UFES, 1 turma.
- d) Iterra: parceria UERGS: 2 turmas.
- e) RO: parceria UNIR, 1 turma iniciada em 2004.
- f) PR: parceria UNIOESTE, 1 turma iniciada em 2004.
- g) PE: parceria UPE, 2 turmas iniciadas em 2004.
- h) BA: parceria UNEB, 1 turma iniciada em 2004.
- i) CE: parceria UFC, 2 turmas iniciadas em 2004.

Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento
Turma nacional, parceria Iterra-UnB, iniciada em 2003.

Total aproximado de estudantes em curso: 1000

*Situação em
Novembro de
2004



Instituto de Educação Josué de Castro

O Instituto de Educação Josué de Castro - IEJC tem como mantenedora o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária - Iterra, que tem uma parceria e um compromisso com o projeto político e pedagógico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Tem sua sede e funcionamento atual no município de Veranópolis, Rio Grande do Sul.

O IEJC se constitui como uma escola de educação média e profissional, combinando objetivos de educação geral, escolarização e formação de militantes e técnicos para atuação no MST. Seu funcionamento está organizado em torno de cursos formais de nível médio, de educação profissional e de formação de professores, criados a partir de demandas apresentadas pelos diversos setores do MST. Cada curso desenvolvido no IEJC tem uma coordenação colegiada, composta pela equipe interna de educadores e pessoas designadas pelo Setor do MST que apresentou a demanda do curso.

O IEJC começou a funcionar em janeiro de 1995, junto com o Iterra, aco-

lhendo as Turmas 1 e 2 do “Curso Supletivo de 2º grau, Técnico em Administração de Cooperativas – TAC”, que o MST já desenvolvia desde 1993 através de uma parceria com a Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa da Região Ceilero – Fundep, em seu Departamento de Educação Rural – DER, Escola “Uma Terra de Educar”, com sede em Braga, RS. Sua primeira legalização como escola específica aconteceu em junho de 1997, na época com a designação de “Escola de Ensino Supletivo Josué de Castro”, daí já abrigando também o “Curso Experimental de Formação de Professores de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental”, conhecido internamente como Curso Magistério do MST, e que também teve sua experiência iniciada junto com a Fundep/DER, no ano de 1990.³

A atual designação de Instituto de Educação foi oficializada em janeiro de 2001, atendendo a exigências da legislação, em especial a que regulamenta a oferta do atual Curso Normal de Nível Médio, nova designação do Curso de Magistério.

Os cursos formais que se desenvolvem no IEJC são fruto de necessidades do processo histórico da luta pela Reforma Agrária e dos sujeitos sociais que vêm se constituindo neste processo. Podem deixar de ser ofertados no momento em que estas necessidades desaparecerem ou forem transformadas em novas demandas, dando origem a outros cursos, e a novas adequações em seu projeto pedagógico. Trata-se de assumir, também do ponto de vista estrutural e organizativo, a condição de uma *escola em movimento*. Atualmente acon-

³ Informações mais detalhadas sobre a história do Iterra e do IEJC poderão ser encontradas em: *Cader-nos do Iterra* n.º 1. Iterra: Memória Cronológica, fevereiro de 2001.



Foto: Miguel Stedile



tecem no IEJC os seguintes cursos: Normal de Nível Médio, Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e Ensino Médio integrado com cursos técnicos nas áreas de Administração de Cooperativas, Saúde Comunitária e qualificação profissional em Comunicação Social.

Ao mesmo tempo em que flexibiliza a oferta de seus cursos de longa duração, o IEJC também tem presente a importância de cultivar sua identidade pedagógica específica: trabalhar a educação e a escolarização de jovens e adultos do campo, vinculados a movimentos e organizações sociais de trabalhadores. E tratando-se de um Instituto de Educação, voltar-se de uma maneira especial para a prática e a reflexão sobre as questões pedagógicas e metodológicas que dizem respeito à complexa tarefa da formação humana em todos os cursos e atividades realizadas. Nesta perspectiva o Curso Normal, e o conjunto de atividades de formação de educadores, têm um papel catalisador e sistematizador desta preocupação no conjunto do IEJC e do Iterra.

Também acontecem no IEJC atividades de formação de mais curta duração como seminários, oficinas e cursos livres de qualificação profissional, geralmente combinando objetivos de capacitação técnica e de formação geral, sempre voltados à filosofia de educação da Mantenedora.

As demandas de escolarização e de formação específicas de jovens e adultos da comunidade de Veranópolis e região são analisadas pela Direção da Mantenedora e, havendo as condições necessárias, atendidas pelo Instituto. O IEJC também está aberto à discussão do atendimento de demandas de outros movimentos e organizações sociais do campo.



Foto: Júlio Wainer

Porque Josué de Castro

O nome do Instituto é uma homenagem ao médico, geógrafo e sociólogo Josué Apolonio de Castro, que nasceu em Recife, próximo aos mangues, no ano de 1908 e morreu no exílio, em Paris, no ano de 1973, e que sempre foi um ardoroso defensor da Reforma Agrária no Brasil.

Josué de Castro foi um dos filhos mais nobres de nossa Pátria. Foi um homem completo e totalmente dedicado às causas do povo. Estudioso e conhecedor profundo da realidade brasileira, colocou desde o princípio seus conhecimentos científicos a serviço da defesa da vida e da justiça social. Foi reconhecido nacional e internacionalmente como um importante cientista. Esteve adiante de seu tempo ao pesquisar e denunciar as verdadeiras causas da fome, identificando na forma de distribuição do uso da terra, uma de suas causas fundamentais. Seus livros "Geografia da Fome" e "Geopolítica da Fome" transformaram-se em clássicos do debate da questão da fome no Brasil e no mundo, sendo o primeiro traduzido em mais de quinze idiomas.

Josué de Castro foi presidente da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) entre 1952 e 1956, e presidente do comitê da Campanha Mundial de Luta contra a



Fome em 1960. A partir de 1962 foi nomeado embaixador do Brasil junto a diversos organismos internacionais da ONU, em Genebra na Suíça. Com o Golpe Militar de 1964 teve seus direitos políticos cassados e ficou exilado na França até 1973, quando lá faleceu.

Josué de Castro defendia a necessidade da Reforma Agrária como forma de acabar com a fome e a miséria do nosso povo. E ele sabia que para levar adiante esta luta era preciso que o próprio povo pobre do campo fosse o primeiro a se organizar. Por isso foi um grande incentivador da organização camponesa e contribuiu diretamente com as Ligas Camponesas do Nordeste, ajudando na realização de seu primeiro Congresso que aconteceu em Recife, Pernambuco, em 1955.

Nosso Instituto de Educação quer ajudar a manter viva sua memória e continuar sua obra, motivando educandos e educadores à participação nas lutas pelas transformações sociais, e ao estudo comprometido com a diminuição da miséria humana.

Educandos do IEJC*

O IEJC recebe predominantemente educandos e educandas jovens e adultos trabalhadores, homens e mulheres do campo, vinculados aos acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária, com predomínio de origem dos estados do centro sul do país. Todos são indicados por coletivos e instâncias ligadas à Mantenedora. Por isso trazem ao Instituto necessidades, expectativas e responsabilidades não apenas pessoais, mas também do grupo ou do coletivo que discutiu sua presença ali.

Em cada Curso há traços diferenciados no perfil, e isto deve ser analisado quando do ajuste metodológico feito em seu projeto pedagógico no início de cada turma.

De modo geral costuma haver uma combinação entre dois perfis de

educandos que chegam ao IEJC: adultos com uma longa experiência de trabalho no campo e de militância no MST, e que não tiveram condições anteriores de escolarização e de formação técnica, sendo isto o que buscam principalmente no IEJC; são educandos que já experimentaram com bastante intensidade a Pedagogia do Movimento, embora ainda sem ter teorizado sobre isso.

O outro perfil é o de educandos mais jovens, filhos de famílias assentadas e ou recentemente acampados, e que há pouco concluíram o ensino fundamental, geralmente com pouca inserção na organicidade do MST, e com menos vivências da Pedagogia do Movimento; nem sempre chegam sabendo o que precisam e pretendem em relação à sua formação. O que esperam é encontrar uma “escola diferente” que vai ajudá-los a se capacitar para atuar no Movimento.

Nos últimos anos tem havido uma tendência de predomínio nas turmas deste segundo perfil, o que vem exigindo reflexões pedagógicas específicas em cada Curso.

Os educandos e as educandas de cursos solicitados pela comunidade de Veranópolis e região são também jovens e adultos trabalhadores, homens e mulheres, geralmente com sua vida e trabalho atual na cidade, e que buscam junto ao IEJC uma oportunidade de escolarização, demanda não suprida pelo sistema público de educação a que têm acesso.

Educadores do IEJC*

São considerados educadores no IEJC todas as pessoas que desenvolvem tarefas ou funções de condução e de implementação deste projeto pedagógico. Isto inclui: os trabalhadores e as trabalhadoras permanentes do IEJC, que atuam em suas diferentes unidades de produção e serviço, e que integram o coletivo responsável pelo

*Textos extraídos de “Instituto de Educação Josué de Castro – Projeto Pedagógico”. Cadernos do Iterra, ano 1, nº 2, maio de 2001.



acompanhamento do processo pedagógico; seu quadro de professores e professoras; as pessoas designadas pelos Setores do MST e pela Mantenedora para acompanhamento específico de cada curso, e ou do conjunto das atividades pedagógicas do IEJC; e os educandos e as educandas, sempre que estiverem no cumprimento de tarefas desta natureza.

Os educadores do IEJC são homens e mulheres, jovens e adultos trabalhadores, com perfis bastante diferenciados, muitos deles já formados pelos cursos do próprio IEJC, e todos com algum tipo de vinculação com as lutas do povo.

Um dia no IEJC

Às 6h40 da manhã os estudantes do primeiro semestre de 2004, do Instituto de Educação Josué de Castro – IEJC se levantam e se preparam para tomar seu café e começar mais um dia de estudo e de trabalho. As oito iniciam as aulas. Os

educandos e educadores fazem gestão coletiva da escola. Existe uma equipe permanente de acompanhamento político pedagógico composta

por sete pessoas. Ainda há seis pessoas que cuidam dos principais setores de trabalho. No mais, tudo é feito pelos educandos. Os educadores são pessoas do Movimento habilitadas, amigos e simpatizantes da luta pela terra e são pagas por hora de trabalho. A grande maioria mora no Rio Grande do Sul, o que facilita as idas ao município de Veranópolis – RS – onde a escola está localizada.

No Iterra funcionam as seguintes unidades:

- IEJC
 - Agroindústria
 - Projetos e administração
 - Educação Superior
-

Depois de uma pausa de uma hora para o almoço, as atividades são retomadas às 14h, se revezando diariamente entre os trabalhos da escola ou leituras individuais, ou estudos em grupo, oficina e educação física, atividades que são realizadas até às 19h. Durante alguns minutos os educandos têm um tempo para pensar, escrever alguma reflexão, depois disso podem realizar a leitura de jornais e quando existe algum trabalho dos núcleos para ser feito permanecem reunidos até as 22h20. São dias cheios, em que se aprendem lições de companheirismo e organização. “Nossa escola é uma escola de vida” diz a estudante Marli – turma 2 de Saúde, é uma escola que tem na realidade concreta o desafio de organizar a vida coletiva, desde os dormitórios, passando pela alimentação e incluindo o estudo. É um cotidiano de trabalho, estudo e convivência.

Atualmente, durante a semana, os educandos estão envolvidos atividades de aula, trabalho, reflexão escrita, cultura, leitura teórica e de notícias, estudo, oficina, núcleos de base, formatura e mística.

A diferença dessa escola é que ela não é composta apenas de aulas. É grande a importância de um conjunto de atividades práticas que compõem o processo de forma-

ção. Os educandos que formam e são formados pelo IEJC são indicados pelo MST, ou por outros movimentos da Via Campesina.

Ter uma escola como essa tem sido fundamental, não só por alavancar a formação dos militantes, mas por ser ela um laboratório permanente de experimentação e colaboração para o projeto político pedagógico que vem sendo desenvolvido pelo Setor de Educação.



Manifesto das Educadoras e dos Educadores da Reforma Agrária ao povo brasileiro

No Brasil, chegamos a uma encruzilhada histórica. De um lado está o projeto neoliberal, que destrói a Nação e aumenta a exclusão social. De outro lado, há a possibilidade de uma rebeldia organizada e da construção de um novo projeto. Como parte da classe trabalhadora de nosso país, precisamos tomar uma posição. Por essa razão, nos manifestamos.

1. Somos educadoras e educadores de crianças, jovens e adultos de Acampamentos e Assentamentos de todo o Brasil, e colocamos o nosso trabalho a serviço da luta pela Reforma Agrária e das transformações sociais.
2. Manifestamos nossa profunda indignação diante da miséria e das injustiças que estão destruindo nosso país, e compartilhamos do sonho da construção de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil, um projeto do povo brasileiro.
3. Compreendemos que a educação sozinha não resolve os problemas do povo, mas é um elemento fundamental nos processos de transformação social.
4. Lutamos por justiça social! Na educação isto significa garantir escola pública, gratuita e de qualidade para todos, desde a Educação Infantil até a Universidade.
5. Consideramos que acabar com o analfabetismo, além de um dever do Estado, é uma questão de honra. Por isso nos comprometemos com esse trabalho.
6. Exigimos, como trabalhadoras e trabalhadores da educação, respeito, valorização profissional e condições dignas de trabalho e de formação. Queremos o direito de pensar e de participar das decisões sobre a política educacional.
7. Queremos uma escola que se deixe ocupar pelas questões de nosso tempo, que ajude no fortalecimento das lutas sociais e na solução dos problemas concretos de cada comunidade e do país.
8. Defendemos uma pedagogia que se preocupe com todas as dimensões da pessoa humana e que crie um ambiente educativo baseado na ação e na participação democrática, na dimensão educativa do trabalho, da cultura e da história de nosso povo.
9. Acreditamos numa escola que desperte os sonhos de nossa juventude, que cultive a solidariedade, a esperança, o desejo de aprender e ensinar sempre e de transformar o mundo.
10. Entendemos que para participar da construção desta nova escola, nós, educadoras e educadores, precisamos constituir coletivos pedagógicos com clareza política, competência técnica, valores humanistas e socialistas.
11. Lutamos por escolas públicas em todos os Acampamentos e Assentamentos de Reforma Agrária do país e defendemos que a gestão pedagógica destas escolas tenha a participação da comunidade Sem Terra e de sua organização.



12. Trabalhamos por uma identidade própria das escolas do meio rural, com um projeto político-pedagógico que fortaleça novas formas de desenvolvimento no campo, baseadas na justiça social, na cooperação agrícola, no respeito ao meio ambiente e na valorização da cultura camponesa.
13. Renovamos, diante de todos, nosso compromisso político e pedagógico com as causas do povo, em especial

com a luta pela Reforma Agrária. Continuaremos mantendo viva a esperança e honrando nossa Pátria, nossos princípios, nosso sonho...

14. Conclamamos todas as pessoas e organizações que têm sonhos e projetos de mudança, para que juntos possamos fazer uma nova educação em nosso país, a educação da nova sociedade que já começamos a construir.



Foto: Arquivo MST

MST REFORMA AGRÁRIA: UMA LUTA DE TODOS

1 Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária
Homenagem aos educadores Paulo Freire e Che Guevara
Brasília, 28 a 31 de julho de 1997.



A Educação do Campo respeita quem vive da terra

A Educação do Campo é filha da luta pela terra. Nasce da construção de um projeto de vida no campo. Ela não faz sentido nas grandes propriedades monocultoras, onde as máquinas excluíram as pessoas. É em áreas habitadas por muitas famílias que a escola ganha importância. Portanto, a concepção de Educação do Campo é oposta à que não faz distinção entre cidade e campo. Não distingue realidades diferentes, considerando "tudo farinha do mesmo saco". É respeitando as especificidades de quem vive da terra que surge essa forma de pensar a educação.

Assim pode-se dizer que a Educação do Campo é um processo de aprendizagem que acontece no campo e que é desenvolvido pelos educadores do campo voltado a atender os educandos que lá moram. Deve acontecer *no* campo, pois as pessoas têm o direito de estudar onde vivem. Deve ser *para* o campo, a medida em que é pensada a partir de sua realidade, com a participação dos camponeses e vinculada à sua cultura. Isso tudo a caracteriza como uma Educação do Campo, porque responde às demandas sociais e humanas dessa população.

É importante também ressaltar que essa educação é direito conquistado historicamente e, portanto, dever do Estado provê-la. No entanto, ainda é grande a luta para que se tenha esse direito assegurado. Normalmente, a busca por escolas para os trabalhadores do campo esbarra em vários entraves. O primeiro é o geográfico, ou seja, ela não está no campo. Depois, mesmo

quando está lá, raras são as vezes em que foi pensada pelo e para o campo.

Dessa maneira a Educação do Campo luta por se concretizar através das instalações de escolas no campo com um projeto político pedagógico que respeite o imaginário camponês, e que esteja ligada à sua história, aos seus sonhos e aos seus desafios. Acredita-se que a escola ajuda na formação identitária dos que por ela passam e por isso deve estar em sintonia com a cultura do povo trabalhador do campo quando está sendo responsável por formá-lo.

É para que isso aconteça, que o Setor de Educação se mobiliza para provocar um envolvimento maior e mais efetivo do poder público que, por meio de políticas públicas e não apenas de programas ou políticas compensatórias, garanta a solução do problema da ausência dessa escola do campo.

Essa educação pretendida deve estar vinculada aos processos sociais de formação dos sujeitos, porque na prática, não há como educar verdadeiramente o povo do campo sem transformar as condições precárias de vida em que foi obrigado a viver. Muitas vezes esse sujeito foi vítima de um processo de exclusão tão eficaz que nesse caminhar foi esquecendo de suas tradições e é na luta por transformações que sua identidade é reconstruída.

A Educação do Campo é hoje uma bandeira assumida por vários movimentos sociais, mas recebe significado junto à luta pela terra travada pelo MST. Afinal o campo não é apenas produção, é também vida, cultura e educação.



Desdobramentos da Pedagogia da Terra

O termo pedagogia, que na sua origem significou prática ou profissão de educador, passou depois a designar qualquer *teoria da educação*, entendendo por teoria não só uma elaboração organizada e genérica das modalidades e possibilidades da educação, mas também uma reflexão ocasional ou um pressuposto qualquer da prática educacional. “Educar é a arte de forjar novos seres humanos”. Então a pedagogia é uma forma assumida dessa arte complexa e misteriosa.

Tentando descobrir seu caminho o MST vem incorporando “pedagogias” e ensinamentos de diversos educadores e professores tais como Anton Makarenko, José Martí e Josué de Castro. Mas vem do educador pernambucano Paulo Freire a maior inspiração para a prática educacional do Movimento. Relendo e recriando elementos das freirianas “pedagogia do oprimido”, “pedagogia da liberdade” e “pedagogia da autonomia” o MST, numa “crítica prática” aos formatos mais tradicionais dos cursos de Pedagogia e à concepção de educação ainda dominante na universidade, está construindo um modo de formar educadores, cuja marca simbólica tem tido o nome de “pedagogia da terra”.

Poderíamos apelidar um elemento essencial dessa “pedagogia da terra” como “pedagogia do levante”. A pedagogia do levante investiga o processo e as práticas sociais que do imobilismo e conformismo levam o sujeito social a se rebelar e praticar atitudes insurgentes - em suma levantar-se.

De início impõe-se a interrogação de por que pessoas que aceitaram amiúde a condição de “vítimas” se envolvem em processos, com energia e paixão, para fazer alguma coisa para mudar sua situação.

Se observarmos o processo, tanto

coletivo quanto individual, que leva à eclosão da revolta e ao engajamento na luta concreta por melhorias de vida encontraremos lado a lado causas econômicas e materiais que tornam as condições de vida absolutamente intoleráveis, com motivações de cunho “culturais” (utópicas, religiosas, místicas, ideológicas, etc...). Esse processo, que leva os indivíduos concretos a agir de determinadas maneiras e a romper, em diver-



Foto: Francisco Rojas



sos níveis, com a ordem social e cultural vigente é complexo exigindo diversas estratégias de abordagem.

O complexo processo de superação da “autoridade moral do sofrimento e da opressão” e a persuasão para si próprio e para os outros de que “é tempo de mudar o contrato social” se dá em três níveis interligados:

- 1) no da cultura que consiste fundamentalmente no solapamento do sistema de crenças vigente e que confere legitimidade e identidade (Cultura de Resistência);
- 2) no da estrutura social, que corresponde à criação de uma presença política efetiva, alguma forma de organização para se contrapor à autoridade efetiva (MST);
- 3) na personalidade e história individual, quando a partir do diagnóstico da situação insuportável psicologicamente ocorre a fusão de energia na alma humana que lhe dá o poder de julgar e agir. (Mística Individual)

Todo o processo – que vai das primeiras reuniões, acampamento, momento da conquista da terra até a estruturação de agrovilas produtivas – opera profundas transformações nos seus sujeitos tornando-se verdadeira “escola da vida”.

Nesse caminho aparecem, com variadas latências, temas absolutamente centrais à compreensão e ao estudo da sociedade em que vivemos, para citarmos apenas alguns, àqueles relacionados aos processos de dominação, insubordinação e revolta tais como a noção de justiça, liberdade, direitos, limites, democracia, dignidade, etc...

No caso do MST, a pedagogia do levante se revela em diversos âmbitos. Nas relações entre o MST e a sociedade (denúncia do latifúndio enquanto crime); no âmbito econômico (a pedagogia do levante investigaria a perspectiva de ruptura com as relações econômicas hegemônicas determinadas pelo merca-

do capitalista e através do estudo do cooperativismo contribuiria na construção de uma economia solidária); nas manifestações públicas (subversão dos meios de comunicação “do dinheiro” através da criação de mensagens e símbolos de lutas sociais) e nas várias formas de luta, tais como as marchas, bloqueios, atos, mas também nas místicas, encontros e nos espaços mais formais de “formação” como cursos, debates, etc...

Porém, sem dúvida alguma, a maior contribuição para uma pedagogia do levante é a “pedagogia da ocupação”: ato educativo de conquistar a terra, substituindo a perspectiva de acumulação de capital para a compra da terra (e a consequente legitimação social da terra enquanto mercadoria) a ocupação é um acontecimento marcante na experiência desses homens e mulheres porque é o momento do engajamento, da decisão de entrar na luta, de se levantar, inclusive enfrentando as forças contrárias.

Certa vez uma acampada me disse “a revolta é uma faca de dois gumes: pode ser boa se for usada para o bem e pode ser má se for desperdiçada para o mal”. De fato algumas manifestações de revolta podem ser prejudiciais e inúteis. Porém a revolta é uma das primeiras manifestações do descontentamento e da indignação que qualquer ser social tem quando decide lutar para solucionar seus problemas. Esse ser social que identifica seus problemas de miséria e opressão e, ao encontrar uma organização que possa lhe apresentar solução se interessa e se envolve para resolvê-lo é um rebelde. Na medida que se envolve, acredita e, mesmo com repressão, não volta atrás, até chegar ao objetivo definido. Muitas vezes não hesita em colocar sua vida em risco para chegar a seu objetivo. Essa motivação e energia que provêm da revolta e da indignação levam a uma ação e participação que modificam a consciência social do revoltado.



Albert Camus no seu livro *O homem revoltado* nos ajuda na compreensão do sentimento de revolta. Camus afirma que o revoltado é, sobretudo, alguém que diz *não*, que nega. Alguém que diz algo como 'assim também já é demais' ou 'a partir de agora já basta!' Mas que na sua negação afirma a existência de uma fronteira, de um limite. O revoltado tem o sentimento de que o outro exagera, estendendo seu direito além do tolerável. Desta forma, o movimento de revolta apóia-se ao mesmo tempo na recusa categórica de uma intromissão julgada intolerável e na certeza confusa de um direito efetivo ou, mais exatamente, na impressão do revoltado de que ele 'tem o direito de...'. A revolta não ocorre sem o sentimento de que, de alguma forma e em algum lugar, se tem razão. O rebelde afirma a fronteira, tudo que suspeita e que deseja preservar aquém da fronteira. Ele demonstra, com obstinação, que traz em si algo que 'vale a pena...' e que deve ser levado em conta. De certa maneira, ele contrapõe à ordem que o oprime uma espécie de direito a não ser oprimido além daquilo que pode admitir. Esse algo que vale a

pena lutar é a dignidade humana ou *dignidade dos que se levantam e lutam*.

O MST é isso, uma grande "escola de dignidade, luta e esperança". Com sua mística de que as transformações são possíveis, o Movimento realiza um trabalho "educativo" de resgate do valor da esperança, difícil de ser corretamente avaliado. Numa época de niilismo, onde utopias negam utopias, onde se alastra o sentimento de impotência perante a história, em que desconfiarmos de tudo e todos devorados pelo medo de cair no abismo da miséria, no melhor dos casos, e de continuar indefinidamente nela, na maioria deles, os sem-terra ensinam as pessoas a manter a esperança. Essa tarefa de manter acesa a chama da esperança, fazendo com que milhares de desanimados vejam, acreditem e lutem é uma marca que honra a nossa luta perante a história e nunca mais poderá ser arrancada. Como lembrou o companheiro João Pedro Stédile "celebrar os 20 anos do MST é, acima de tudo, celebrar toda a luta que se gerou e celebrar a nossa própria história".

Texto: Sebastião Vargas

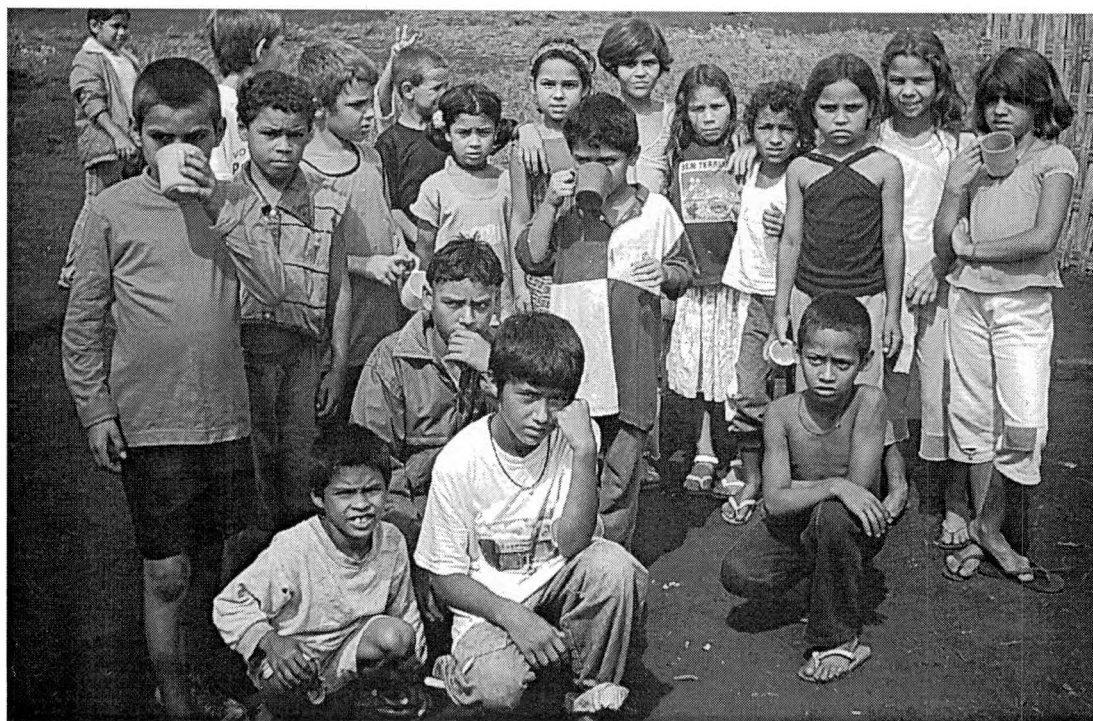
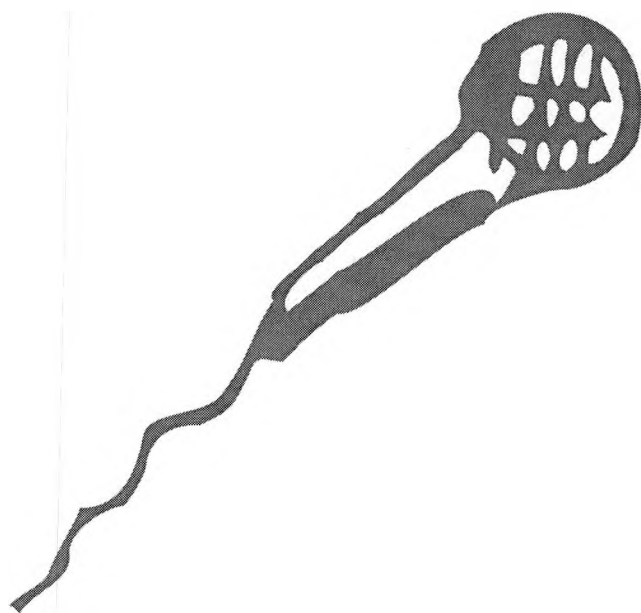


Foto: Iokisa Takau Junior



Entrevistas





Debate sobre Educação do Campo impulsiona mudanças

Na presente entrevista **Gaudêncio Frigotto**, professor titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (RJ), traça um panorama das políticas públicas da educação no Brasil e faz uma defesa da Educação do Campo. Destaca que o fato de haver hoje um debate em torno da educação que se deve desenvolver no campo é um grande passo à medida que passa a questionar estruturas cristalizadas em nossa sociedade.

Traçando um rápido panorama histórico da educação no Brasil, qual foi o papel/importância destinado/a à educação dos moradores do campo?

A educação, enquanto relação e prática social é um direito, não está dissociada das demais relações e práticas que os seres humanos efetivam na produção de sua existência, especialmente as econômicas, culturais e políticas. Ela é constituída de forma orgânica com estas relações e práticas e constituinte das mesmas.

O Brasil não é apenas uma sociedade de classes, uma sociedade cindida, mas uma das mais desiguais sociedades do mundo. A escravidão durou 400 anos. Dos 100 anos de república a metade é de tempo de ditadura ou de golpes efetivados por suas elites com o objetivo de manter o latifúndio, a concentração de renda e seus privilégios. A educação do povo, dos trabalhadores nunca foi do interesse e ainda não é para estas elites. Às classes populares nega-se, pura e simplesmente, o direito à educação ou oferece-se uma escola de segunda catego-

ria centrada na idéia de adestramento e de conformação dos trabalhadores ao que serve ao patronato ou ao capital. Não é por acaso que chegamos ao século XXI com quase 20 milhões de jovens e adultos analfabetos e aproximadamente 70 milhões de trabalhadores com apenas dois ou três anos de escolaridade.

Para a população de trabalhadores do campo a situação tem sido mais perversa. O que dominou foi um precário direito à escola ou a uma escola colonizadora e mutilada. As crianças, jovens e adultos do campo nunca foram considerados sujeitos de cultura, de conhecimento e, por isso, as políticas educativas têm sido demarcadas pela lógica colonizadora e adaptativa. Esta foi a perspectiva do ruralismo pedagógico até os anos 60. Ao longo do golpe civil-militar (ditadura de 64) e nos anos 90 com a ditadura do mer-

cado do governo Fernando Henrique Cardoso, o que dominou foi uma visão tecnicista, adestradora de educação para o campo e não um

O MST centra seu projeto educativo em uma educação do campo e não no ou para o campo.

projeto educativo centrado na ótica de construção e emancipação dos sujeitos do campo. Isso começou a mudar com o surgimento do Movimento dos Sem Terra. Por isso que seu projeto educativo centra-se na tese de uma educação do campo e não no ou para o campo.

Qual o significado de se desenvolver o debate em torno da educação do campo? Essa é uma bandeira de quem?

Debater a educação do campo é, em realidade, por em questão o projeto histórico de sociedade e de estrutura



fundiária das elites brasileiras e como estas elites se associam, de forma subordinada, ao grande capital mundial. Trata-se de um debate que se for à raiz da questão do campo no Brasil exporá o caráter criminoso do latifúndio. Com efeito, este é responsável pela existência de quatro milhões de famílias sem-terra, de milhões de bóias-frias e da favelização das grandes e médias cidades do Brasil. Por isso, esta é uma bandeira de todos aqueles que estão querendo mudar profundamente a estrutura injusta e desigual da sociedade brasileira.

Mas quem efetivamente colocou esta bandeira da educação do campo organicamente vinculada à Reforma Agrária, à implosão do latifúndio, a um projeto de desenvolvimento popular e de massa foi a organização de um grande contingente de trabalhadores e trabalhadoras (crianças, jovens e adultos)

vinculados ao MST. O projeto educativo do MST, por nascer de suas lutas e por ir além do imediatismo das mesmas e voltar-se para um projeto alternativo de sociedade, é um movimento revolucionário que educa a sociedade brasileira. Por isso que é tão combatido pelo latifúndio e por grande parte da elite brasileira e seus intelectuais de plantão. Em realidade o latifúndio criou seu contrário: um movimento que começa minar sua existência e mostrando à sociedade que esta é uma bandeira da maioria. Como assinala Antônio Cândido: *"O Movimento Sem Terra é um dos fatos mais importantes da história brasileira no século XX e representa a chegada do trabalhador rural à esfera da participação política efetiva"* (Agenda do MST de 2004).

Quais são as principais conquistas que se tem nessa área?

As conquistas são muitas e expressivas. Primeiramente a questão da educação do campo foi definitivamente colocada na agenda política do Brasil. Isto não é pouco quando se sabe que o Estado brasileiro tem sido, predominantemente, em suas diferentes esferas (executiva, legislativa e jurídica) tomado e a favor do latifúndio e do privilégio.

O MST, articulado a outros movimentos do campo, não só está produzindo uma teoria pedagógica e concepções educativas, mas, pela ação política organizada, coloca esta política em ação. São milhares de crianças, jovens e adultos que vêm sendo educados e reconhecidos como sujeitos de cultura, de

A educação do campo
foi definitivamente
colocada na agenda política
do Brasil pela ação dos
movimentos sociais.

conhecimento e, portanto, respeitados em suas particularidades, dialogando com outras realidades numa perspectiva de uma educação

unitária (síntese do diverso) e de permanente elevação cultural do homem e da mulher do campo. São, também, milhares de professores sendo formados dentro desta perspectiva em nível de graduação e pós-graduação. Além das escolas dos assentamentos e dos acampamentos o MST tem hoje centros formadores como o Instituto de Educação Josué de Castro, em Veranópolis, Rio Grande do Sul e o magnífico projeto, e já uma realidade em funcionamento, da escola Florestan Fernandes em Guararema, São Paulo. Além disso, são inúmeros os convênios com grupos de pesquisadores, professores e intelectuais de Universidades públicas mediante os quais estão sendo desenvolvidos cursos de graduação, pós-graduação ou de formação política.



Num horizonte próximo e mais distante o que se tem a conquistar?

Os desafios são diversos e de várias ordens. O mais elementar é o incluir uma massa de milhões de trabalhadores do campo e da cidade ao direito de comer, morar, locomover-se e aos cuidados básicos da saúde. Isto pressupõe um projeto de sociedade que rompa com o latifúndio, com a perversidade da desigualdade de renda e com a subordinação à lógica do mercado e do capital mundial. Trata-se de lutar por um projeto de desenvolvimento econômico-social, cultural e político e educacional, permeado pelos valores da justiça, solidariedade, igualdade, equilíbrio ecológico e, fundamentalmente, promotor da cidadania ativa e da qualidade de vida para todos. Um projeto popular de massa de marca nacional, articulado de forma soberana e autônoma ao plano internacional. Esta é uma tarefa urgente, mas que confronta interesses poderosos e, por isso, algo a ir sendo construído.

No plano imediato o desafio crucial é a erradicação do analfabetismo de jovens e adultos e a universalização da escola básica de qualidade social. Uma democratização do acesso, mas também do conhecimento. Isto implica uma pedagogia que parta dos sujeitos concretos do campo e da cidade, com sua cultura, seus valores e saberes, não para fixar-se nos mesmos, mas para desenvolver as bases científicas, filosóficas, culturais e técnicas que facultam a cada um e a todos desenvolverem suas múltiplas dimensões e se constituírem em sujeitos protagonistas de uma nova sociedade humana. Esta é uma tarefa imediata que demanda uma opção e decisão política também imediata. A viabilidade de sua concretização, uma vez mais, im-

plica em uma mudança profunda da mesma da política econômica atrelada ao credo do ajuste fiscal e a de reservar uma fábula de recursos para tornar seguro o capital especulativo. A decisão não é técnica como querem nos fazer crer, é antes ético-política. Concomitantemente há outros desafios cruciais como os da democratização da mídia e da justiça. Estas mudanças vão ocorrer na medida que haja na sociedade movimentos e forças sociais conscientes destas necessidades e politicamente organizadas para efetivá-las.

Qual a sua avaliação das políticas públicas destinadas à educação do campo no Brasil? Elas existem, ou são apenas políticas compensatórias?

As idéias acima apontadas nos conduzem à conclusão que efetivamente nunca tivemos no Brasil uma política pública de educação do campo. Sempre se desenvolveu a cultura da cópia externa ou do atalho, mediante políticas tópicas e compensatórias. Uma pedagogia da subordinação e de extensão de valores e conhecimentos. Na realidade até hoje o Brasil não tem um sistema nacional de educação que articule as particularidades do campo e da

cidade, o local o regional e o nacional num projeto unitário de educação pública, gratuita, laica e unitária. Unitária não é sinônimo de única, mas sim que ofereça uma igualdade de

Em 20 anos, o MST constituiu-se o maior movimento social da história do Brasil e vem gestando um novo projeto educativo do campo numa perspectiva política pública.

condições para articular as dimensões sócio-culturais singulares e particularidades de diferentes grupos sociais numa rica e crescente universalidade.

Ao longo dos 20 anos de sua existência o MST foi se constituindo no maior movimento social da história do Brasil e numa força efetiva de mudança das relações de poder do campo e, para além dele da própria sociedade brasileira. É



dentro desta organização que vem se gestando um novo projeto educativo do campo numa perspectiva de política pública. Há, porém, um enorme desafio de tornar isso uma bandeira de todos os trabalhadores do campo e da cidade.

A eleição de um trabalhador, retirante do nordeste, e de grande parte dos que compõe o governo federal tiveram o apoio decisivo das forças que historicamente querem democracia econômica, política, educacional e cultural. O que se esperava e espera é de que as bandeiras e as lutas dos movimentos sociais e forças sindicais, políticas e culturais comprometidas com a opção de um outro Brasil concretizem esta democracia efetiva, e se transformem na opção diuturna do governo. Mesmo sabendo da força do poder do atraso (latifúndio, lobbies, capital global) e que, portanto, ganhar o governo não é mesmo coisa de deter o poder para fazer o que se quer, o espanto é que o governo, no

plano econômico, se pautou pelo credo deste poder do atraso. Isso significa, na prática, a inviabilidade de avanços na democracia econômica, social e educacional. Permanece, assim, nas políticas tópicas, fragmentadas e compensatórias. O risco é de que o espanto se transforme em descrença. O fracasso deste governo não é qualquer fracasso. O que está em jogo é a possibilidade de romper com relações em todos os planos da sociedade que nos tem mantido numa das sociedades mais desiguais e injustas do mundo e, por isso, de elites criminosas. Em diferentes momentos Lula sinalizou que os que vêm de baixo precisam se organizar e pressionar, pois os de cima estão no poder e lutam pela manutenção do privilégio. Por certo a mudança não virá sem organização, pressão e luta. Continuar a luta é imprescindível para transformar “o gigante com pés de barro” numa efetiva nação democrática.

Entrevista realizada em agosto de 2004

A história do MST é um aprendizado coletivo



Foto: Arquivo MST

Nesta entrevista, **João Pedro Stédile** mostra os passos que o Movimento e o Setor de Educação deram conjuntamente. Fala da importância do Setor de Educação e de como o MST foi aprendendo com a ação e com a vida. Suas afirmações mostram que muito já fez, mas diz que o caminho a ser percorrido pelo Setor de Educação não deve parar por aí. O trabalho do setor é importante e por isso a busca pela democratização da escola e do acesso a todas as áreas de conhecimento tem que ser permanente, enquanto esse direito não estiver universalizado.



Qual a importância do Setor de Educação na caminhada do MST, que está completando 20 anos?

A história do MST é uma história de aprendizado coletivo dos pobres do campo, que a partir de suas experiências e de suas necessidades foram descobrindo e apreendendo ao longo dos vinte anos. A história da luta pela terra e pela Reforma Agrária, já é uma história educativa. Já é aprendizado de vida, de participação política, portanto educativa.

No entanto, no sentido mais estrito da palavra educação, como a área de conhecimentos formais, da escolarização, o MST também teve um aprendizado.

No início a preocupação era apenas com conquistar a terra, como espaço, para produzir alimentos, para ter renda e dar um futuro para a

família. Com o passar do tempo, as próprias famílias foram se dando conta e o MST enquanto ser coletivo, de que só a conquista da terra não seria suficiente para sair da pobreza, para se libertar da exclusão. E então o movimento passou a incorporar em seu ideário, em suas necessidades em sua luta, a conquista da democratização da escola, da educação. Daí passamos também a nos organizar para conquistar a educação. E assim nasceu dentro de nossa forma de organização interna, o Setor de Educação.

O Setor de Educação foi fruto de um aprendizado e de uma necessidade. Nos organizamos internamente, para derrubar essa cerca, a cerca da exclusão dos conhecimentos. E os companheiros e companheiras foram então se aglutinando no Setor de Educação, como um espaço organizador dessas atividades

importantíssimas para o Movimento, que era de lutar pelo acesso ao conhecimento, pelo acesso à escola, em todos os níveis.

O que se pode comemorar?

Temos muito a comemorar. Primeiro comemorar a lucidez de termos construído uma consciência de que o acesso à educação era fundamental, para “libertar” as pessoas, como dizia Paulo freire. Libertar da escuridão, da ignorância, da falta de democracia. E também podemos comemorar, como conseguimos engajar milhares de companheiros e companheiras em atividades específicas da educação. E

também temos a comemorar muitas conquistas, desde nosso programa de alfabetização de jovens e adultos, nossas escolas técnicas, como o IEJC.

Nossos convênios com as universidades brasileiras, nossos programas de pós-graduação. Nossos convênios inclusive com universidades do exterior, que permitem que hoje mais de 60 jovens sem-terra estejam estudando medicina em Cuba. E que haja outros jovens estudando idiomas em outros países. Temos a comemorar a construção de nossa escola nacional, que depois de cinco anos de verdadeiro mutirão nacional, esta quase pronta, e vai se tornar um centro de formação superior, para nossos jovens, para nossa militância.

Qual o legado que o MST deixa para a sociedade para os lutadores do povo, no campo da educação?

Ainda temos muita estrada pela frente. É cedo para falar em legado. Acho que ainda temos muito a fazer. E talvez o melhor que devemos fazer é continu-



ar trabalhando duro, para que o tema da democratização da escola, dos conhecimentos científicos, do amor ao estudo, seja compartilhado permanentemente dentro de nosso movimento, e com outros movimentos sociais.

O MST aprendeu e deve compartilhar agora com os demais movimentos sociais, que sem conhecimentos científicos, sem acesso à educação, não vamos construir uma sociedade democrática, aonde todos tenham as mesmas oportunidades. Aprendeu de que os conhecimentos são mais importantes do que a terra. A terra é um bem da natureza, estático, que pode e deve ser democratizado. Mas o conhecimento não só liberta as pessoas, como transforma. E ajuda a transformar a própria terra.

Precisamos compartilhar essas experiências, vivências e reflexões com todos os setores organizados do nosso povo, para que os movimentos sociais também adotem a educação, como uma área fundamental de suas conquistas, de suas preocupações, da construção de seus movimentos.

Qual a tarefa principal do Setor de Educação no momento atual de luta pela Reforma Agrária?

A tarefa principal do Setor de Educação é continuar incansavelmente esse trabalho permanente de democratizar a escola e todas as áreas de conhecimento. Não devemos descansar enquanto todos os membros do MST não estejam de alguma forma estudando. Seguir sempre nosso trabalho conscientizador de pregar e exigir amor ao estudo. O amor ao estudo, assim como a solidariedade devem ser as duas qualidades mais praticadas por todos os membros do MST. Desde o mais humilde, desde o mais jo-

vem, ao mais antigo, ao mais experiente. Sempre temos algo mais para aprender. Sempre podemos compartilhar com os demais companheiros e companheiras outros conhecimentos.

A vida num assentamento, num acampamento, deve ser uma permanente aula de cidadania e de democracia de conhecimentos. Não apenas nossas escolas. As escolas são espaços privilegiados, mas não devem ser os únicos.

Vamos seguir lutando para que a escola esteja presente em todos os espaços, territórios de nosso movimento.

Vamos seguir lutando para que em todas as atividades de nosso movimento, sejam espaços didáticos e pedagógicos, em que sempre vamos aprender algo mais.

E será o Setor de Educação, que é o depositário do acúmulo de experiências didáticas e pedagógicas, a orientar os demais setores, orientando o MST como um todo, para ir construindo novas

concepções, novos métodos, novas formas de democratizar o conhecimento em todas as áreas.

Na atual conjuntura da luta política e social a educação ganha importância?

A educação não é uma questão de conjuntura. É uma questão de princípio e por isso independente da correlação de forças relacionadas com a Reforma Agrária ou a conquista da terra, ela deve ser tratada como uma luta permanente. Evidentemente que num governo que pretender ser popular, e num período histórico de maior conscientização política da população, a educação adquire um espaço privilegiado de reflexão. Mas isso não dependerá apenas da conjuntura, dependerá de nossa vontade política, de nossa consciência de seguir utilizan-

A tarefa da educação
não é apenas dos que atuam
no Setor de Educação.
Todo militante do MST tem que
ser um educador popular.



do a educação como um instrumento fundamental, de construção da cidade, de construção da democracia, de geração de oportunidades para o maior parte de nossa base e de nosso povo. Como uma arma de defesa dos pobres, contra a espoliação, contra a manipulação.

Há algum outro assunto sobre o qual deseja expressar sua opinião? Ou deixar uma mensagem?

Queria dizer apenas que a tarefa da educação não é somente dos nossos companheiros e companheiras que atuam no Setor de Educação. O Setor de Educação é um espaço especializado, é um espaço privilegiado. Mas todo militante do MST tem que ser um educador popular. Todo dirigente tem que ser um educador. Toda pessoa que tenha consciência social e política tem que se transformar num pedagogo

popular. Aquele que repartir seus conhecimentos também vai aprender mais com os outros. O militante social é acima de tudo um educador popular. Como já dissemos na nossa consigna, “sempre é tempo de aprender”, e “todos apreendemos, juntos”. As conquistas de nosso Movimento não serão medidas na história, pelo número de hectares conquistados; serão medidas pelo grau de consciência e participação social e política de nossa base. E um povo sabido, é um povo digno, liberto. Pobres serão os poderosos, que podem ter muitos bens materiais, mas não terão conhecimentos, não terão dignidade, não terão humildade de vivenciar com os demais o conhecimento e a cultura de nosso povo. Os ricos terão inveja de nossa sabedoria!

Entrevista realizada em
setembro de 2004.



APOIO:



Ministério do
Desenvolvimento
Agrário

